



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 184ª reunião, realizada em 11 de março de 2020

1 Em 11 de março de 2020, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual
2 de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente
3 e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Germano Luiz Gomes
5 Vieira, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Pedro D'Angelo
6 Ribeiro e Mayara Márcia Sarsur Viana, da Secretaria de Estado de Agricultura,
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Marina Pacheco Simião, da Secretaria de
8 Estado de Cultura e Turismo (Secult); Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna e
9 Augusta Isabel Junqueira Fagundes, da Secretaria de Estado de Educação (SEE);
10 Gabriela Lopes Marques, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane
11 Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
12 (Seinfra); Marina de Resende Franco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
13 Social (Sedese); Guilherme Augusto Duarte de Faria, da Secretaria de Estado de
14 Desenvolvimento Econômico (Sede); Leorges de Araújo Rodrigues e Verônica
15 Ildfonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira
16 Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Carlos Eduardo
17 Lopes, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Edílio Ramos Veloso e
18 Alírio Ferreira Mendes Junior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de
19 Minas Gerais (Crea-MG); Cristiano Ferreira de Oliveira, da Polícia Militar de Minas
20 Gerais (PMMG); Andressa de Oliveira Lanchotti e Francisco Chaves Generoso, do
21 Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Noraldino Lúcio Dias Júnior e Maria
22 Thereza Hermeto Franco, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento
23 Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Enio Marcus
24 Brandão Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Rodrigo Lázaro, da
25 Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil:
26 Aguinaldo Diniz Filho e Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e
27 Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Carlos Alberto Santos Oliveira, da
28 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Diogo
29 Dias Gonçalves, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);
30 Alexandre Mol Pessoa de Faria, Wagner Soares Costa, Thiago Rodrigues
31 Cavalcanti, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg; Neide Mateus
32 Rodrigues, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas
33 Gerais (Fetaemg); Júlio César Nery Ferreira e Alexandre Valadares Mello, do
34 Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta e Helcio
35 Neves da Silva Júnior, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI);
36 Rogério Pena Siqueira, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
37 Ambiental (Abes); Julio Cesar Dutra Grillo, da Associação para Proteção Ambiental

do Vale do Mutuca (ProMutuca); Maria Dalce Ricas e Ronaldo Moreira Marques, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo e Lucélio Nativo Assunção, do Espeleogruppo Pains (EPA); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Adriana Alves Pereira Wilken, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Emmanuel Duarte Almada, da Universidade de Minas Gerais (Uemg); Luís Antônio Coimbra Borges, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); João Augusto Hilário de Souza, Geraldo Majella Guimarães e Luiz Alberto Mota Ramos, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg); Walkiria Lima Ribeiro Machado, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); Celso Bandeira de Melo Ribeiro, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Germano Luiz Gomes Vieira declarou aberta a 184ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental. **3) POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS.** Tomaram posse nesta sessão os novos conselheiros do Plenário do COPAM, para o biênio 2020/2022. **4) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Adriano Tostes de Macedo/Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais (Sindsema): “As pessoas que estavam em 2016 são as que estão hoje à frente das negociações. Algumas chefias certamente mudaram, o secretário mudou, mas os técnicos são os mesmos. Nós seguimos todas as regras, fizemos todos os cálculos. Lógico, à época, o cálculo ficou em R\$ 70 milhões, anual, o impacto da implantação de carreira. Hoje parece que, passados quatro anos, ficaria da ordem de R\$ 100 milhões. E outro item de pauta acordado com a Seplag, com o governo, com a chancela da Advocacia Geral do Estado. Em 2015, nós fizemos um acordo com o governo. Nós temos uma gratificação de desempenho que tinha na fórmula de cálculo um fator redutor. Toda vez que eu era promovido de nível, passava do 1 para o 2, por exemplo, aumentava um valor de R\$ 300, mais ou menos, do nível 1. O nosso salário inicial é R\$ 2.900, é o piso. E nós íamos para R\$ 3.200. Servidores, geólogos, engenheiros civis, biólogos, engenheiros florestais, sociólogos, profissionais que, inclusive, entram muitas vezes no Estado com titularidade superior, com mestrado e doutorado. E essa fórmula tinha essa mágica, eu ganhava R\$ 300 de um lado, e ela me tirava da gratificação, a gratificação diminuía. É o que nós chamamos de fator redutor. Em 2015, nós retiramos 50% dela. Nós servidores sempre compreendemos as razões do Estado, as dificuldades que, por muitas vezes – é fato –, o Estado enfrenta por crises econômicas, financeiras, fiscais. Enfim, nós sempre agimos com responsabilidade, porque acreditamos que o nosso serviço é importante para a sociedade. Nunca deixamos de negociar num tom cordial e respeitoso com nenhum governo, pelo menos enquanto eu estive à frente da nossa entidade. São dois acordos simples. Agora recentemente nós tivemos o resultado de qual seria o impacto da retirada dessa ilegalidade que ainda permanece, e nós concordamos com ela por razões financeiras do Estado em 2015. São R\$ 15 milhões ao ano. E aí, senhores conselheiros, é um dado público, o Sisema, todo mundo sabe, tem uma

81 arrecadação própria, e são taxas, não são impostos. Essa taxa é contraprestação
82 de serviços, são serviços que os senhores, alguns aqui, representam empresas,
83 pagam ao Estado para obter aquele serviço. E esse recurso não é destinado, muitas
84 vezes, para os fins aos quais ele foi previsto. É o caso da taxa de fiscalização de
85 recursos minerários. O deputado Noraldino vem nos apoiando nessa mediação junto
86 ao governo e pode falar até com mais propriedade. A taxa de fiscalização de
87 recursos minerários foi usada para tudo até 2015, menos para o Sisema. Ela pagou
88 diversas atividades, não é o caso de entrar aqui em quais, mas é um absurdo. A
89 taxa que muitos dos senhores pagavam era desviada para o Tesouro, para outras
90 finalidades. E é taxa, não é imposto. Então R\$ 15 milhões, de imediato, edição de
91 um decreto. Mas nós, de forma muito respeitosa, acordamos com o governo, e eu
92 diria que não foi nem com o governo, mas com o Estado, com a chancela da
93 Advocacia Geral do Estado presente em todos os atos: findou a parte técnica, vamos
94 para quem de direito assinar esse documento. Contando com a assinatura do agora
95 secretário Germano, contando com a assinatura do secretário Jairo, à época à frente
96 da pasta, e de várias pessoas que tinham naquele momento a responsabilidade.
97 Sem dizer o despacho do advogado geral do Estado, à época, o Dr. Onofre, que fez
98 o despacho, após assinatura, e encaminhamento para a Seplag, para cumprimento.
99 E por que não se cumpriu já de imediato? Porque nós concordamos que a execução
100 só aconteceria no dia em que o Estado saísse do limite de responsabilidade fiscal.
101 Eu duvido de que vocês tenham ouvido falar de movimentos do Sisema nesses
102 últimos anos, desde 2016, quando nós suspendemos nossa greve. Porque nós
103 respeitamos o acordado. Não tem um ditado 'o combinado não sai caro'? Nós
104 combinamos, mais do que combinamos, nós homologamos junto a um
105 desembargador do Tribunal de Justiça. Se eu confio na palavra, como muitas vezes
106 nós apostamos na confiança e até recebemos críticas dos servidores porque nós
107 demos um voto de confiança. Um voto de confiança do ex-procurador-geral de
108 Justiça, Dr. Alceu Torres Marques. O secretário Germano nos acompanhou durante
109 muito tempo. Nós sempre acreditamos nos negociadores com os quais lidamos. Só
110 que nesse caso há um acordo judicial, o que nos traz ao momento presente. Aí eu
111 já me antecipo, o nosso movimento não só concorda como apoia o reconhecimento
112 do governo do Estado aos servidores da segurança pública de Minas Gerais.
113 Merecem, sim. Mas nós também merecemos. E o governo do Estado, ao
114 reconhecer, seja porque adotou a metodologia do Tribunal de Contas do Estado,
115 que sempre foi usada, mas que ele já não usava desde janeiro de 2019... Janeiro
116 de 2019, maio e setembro. São os três relatórios fiscais do governo do Estado. Ele
117 usou a metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional, e os valores de despesas
118 foram acima da LRF. Em janeiro, ele publicou um relatório reconhecendo, logo
119 depois de o Pleno do Tribunal de Contas referendar a sua metodologia de exclusão.
120 E aí não cabe entrar um pouco no mérito aqui se isso é correto ou não. Mas o
121 Tribunal de Contas do Estado reconheceu que o Estado deveria excluir inativos, os
122 aposentados, do cálculo de gasto, seja porque nós também já contribuímos. São
123 descontados do salário dos servidores cerca de 11% todo mês. Isso comporia um

124 fundo que seria o responsável pelo pagamento dos inativos. Sem entrar no mérito,
125 tem uma ADC, ação direta de constitucionalidade, proposta pelo partido do próprio
126 governador. Não nos cabe discutir isso agora. Mas desde o dia 30 de janeiro, ao
127 assumir e com isso permitindo o envio do projeto de recomposição das perdas da
128 segurança pública... E volto a afirmar, legítima pauta e merecida. Ao fazer esse ato,
129 o governo reconheceu, automaticamente, que tem que cumprir o nosso acordo,
130 porque o nosso acordo é judicial, foi firmado de forma inequívoca, foi homologado
131 por um desembargador do Estado, com a chancela da Advocacia Geral do Estado.
132 Então desde o dia 30, quando foi publicado esse relatório, o governo está em mora
133 conosco. Na verdade, o governo nos empurrou para esse movimento, nós não
134 queríamos entrar em greve. Mas as condições estão dadas, o governo reconheceu
135 que saiu. Isso está em notas, em manifestações do próprio governo. Então se nós
136 servidores, que temos um acordo firmado, e as condições estão dadas, não vamos
137 atrás desse direito, pelo seu reconhecimento, pela sua efetivação, quem o fará?
138 Então não nos restou se não estar aqui, desde o dia 9, em paralisação dos nossos
139 serviços. Já pedimos também a execução do nosso acordo ao Tribunal de Justiça,
140 porque na verdade quando foi homologado aquele acordo lá foi extinto, ele é um
141 título executivo judicial, cabe ser cumprido. Então por isso estamos aqui. Volto a
142 reafirmar, nosso movimento não é contra nenhum dos senhores, não é contra a
143 sociedade, mas é preciso que as palavras tenham valor, é preciso que aquilo que
144 se assina tenha valor. E nesse caso é o governo do Estado que está devendo uma
145 resposta, pois até este momento não nos foi apresentado nada de efetivo que possa
146 ser considerado um sinal para que os servidores se sintam pelo menos mais
147 respeitados nesse processo de negociação.” Conselheiro Noraldino Lúcio Dias
148 Júnior: “Eu primeiramente dou as boas-vindas a todos os conselheiros, a este grupo
149 do COPAM. Eu acredito que nós temos um desafio muito grande pela frente em
150 relação à questão ambiental do nosso Estado. Mas eu queria chamar atenção dos
151 conselheiros para o momento que nós passamos, que traz um impacto direto em
152 cada órgão aqui representado, seja ele com ênfase principal no desenvolvimento
153 econômico, seja ele com ênfase principalmente na sustentabilidade e na proteção
154 ambiental, seja o órgão também que concilia a prioridade nos dois termos. Eu quero
155 trazer a realidade aqui que o presidente do sindicato acabou de descrever aqui, e é
156 uma realidade muito complexa, porque impacta em todo o trabalho do COPAM. Eu
157 não queria fazer isso, mas a primeira coisa que eu tenho que dizer é da falta de
158 responsabilidade – e eu vou falar um termo mais leve ainda –, da inconsequência
159 da Seplag de não trazer para cá um representante no momento tão sensível que o
160 Estado está passando em relação à pauta ambiental. Eu não estou vendo aqui o
161 representante da Seplag. Isso me causa muito estranheza, secretário. E eu falo isso
162 com muita tranquilidade, porque hoje eu participo da base do governo, ainda
163 participo da base do governo. Eu trago essa preocupação porque estive, por
164 diversas vezes, conversando com o secretário Otto, tive oportunidade de conversar
165 com o governador, tive a oportunidade de conversar com o secretário da Fazenda,
166 com o secretário do governo. E eu tenho certeza, eu posso passar para vocês aqui,

167 com toda segurança, essa greve só está acontecendo por única responsabilidade
168 do governo do Estado. E eu falo como mesmo da base do governo. Um governo,
169 uma gestão, dá errado quando tem falhas administrativas, de irregularidades, falhas
170 de gestão ou falha política, de credibilidade e de articulação. Eu confio na boa
171 intenção do governador, mas o governo está perdendo a sua credibilidade. E aí eu
172 quero chamar atenção aqui. Eu tenho acompanhado o esforço do sindicato do meio
173 ambiente para, inicialmente, que não ocorresse a greve e, em segundo, para que a
174 greve pudesse cessar. Eu queria perguntar a vocês como encerrar o movimento de
175 greve enquanto estamos vendo um governo desconsiderar uma categoria que é
176 primordial para arrecadação do Estado, seja por entender a importância do meio
177 ambiente, seja para defender a pauta principal desse governo, que é
178 desenvolvimento econômico. Ou nós aqui podemos pensar diferente? Os servidores
179 e técnicos do meio ambiente são os atores principais, o instrumento principal para o
180 desenvolvimento econômico. Como pagar o aumento – e eu digo legítimo, de
181 reconhecimento – das forças de segurança pública, se nós tivermos aqui paralisado
182 um setor de vital importância para arrecadação e proteção ambiental do Estado? Ao
183 não trazer para esta primeira reunião aqui, a Seplag não mandar um representante,
184 é uma sinalização muito complexa. Secretário Germano, eu não estava preparado
185 para fazer essa fala, mas é inevitável fazer essa fala, sendo que às 7h30 da manhã,
186 na sexta-feira, nós estávamos reunidos com o secretário da Seplag, o Otto, eu,
187 Germano, Diogo, o Adriano, a Janaína, do sindicato, e a primeira fala do secretário
188 foi questionar o acordo judicial que foi homologado. Eu sei que fui questionado por
189 alguns funcionários do meio ambiente, até foi uma fala, eu digo, no mínimo, infeliz,
190 porque foram atribuídas várias irregularidades e colocando crimes que foram
191 cometidos pela Seplag, até pela própria Seplag, pela AGE, pela Secretaria de Meio
192 Ambiente para assinar esse acordo. Aí eu coloquei para o secretário assim: ‘O
193 acordo foi homologado judicialmente. Quando se fala de um crime, quem homologou
194 o acordo também está participando.’ Porque o secretário colocou uma ‘associação
195 para o crime’. E eu coloquei assim: ‘Secretário, por favor, não toque nesse assunto,
196 porque isso é até uma crise institucional.’ Por isso é que eu disse no início que eu
197 tenho dois nomes mais brancos: ou irresponsabilidade ou in consequência. Nós
198 estamos vivendo um momento muito sensível. E eu queria propor ao Conselho que
199 nós todos, como um sinal de reconhecimento pelo trabalho dos servidores,
200 possamos aprovar aqui, secretário Germano, uma moção solicitando ao governador
201 que reconheça os trabalhos dos servidores do meio ambiente e possa tratar da
202 implantação do acordo judicial homologado. A minha preocupação é muito grande,
203 Dra. Andressa, porque nós estamos tratando aqui. E eu falo porque tenho muito
204 respeito ao trabalho do Ministério Público e tenho muito reconhecimento da
205 ponderação e da sensibilidade com que a pasta ambiental tem sido tocada na sua
206 gestão. Eu falo isso publicamente, um reconhecimento e admiração muito grande
207 pelo seu trabalho. Mas nós estamos falando dos servidores que, além de não
208 estarem tendo nenhum reconhecimento, estão vivendo um terror. Há poucos dias,
209 a CGE abriu um PAD em cima de vários servidores. E eu queria pedir ao Ministério

210 Público para verificar e pudesse entrar para poder tomar conhecimento dessa ação,
211 desse processo. Nem sequer os servidores tiveram oportunidade de serem
212 chamados antes de ser iniciado um processo desse. E eu conversei com alguns
213 servidores, que a abertura desse processo impactava diretamente na vida desses
214 servidores. Eu pergunto a vossas excelências, que são os nossos nobres
215 conselheiros: qual servidor vai ter coragem de assinar, mesmo tendo certeza da
216 regularidade, um processo ambiental para ser pautado no meio ambiente se ele não
217 tem proteção dentro da sua própria casa, se não tem reconhecimento dentro do
218 próprio governo? Eu torço para que o governo dê certo, eu faço parte da base do
219 governo. Agora, qual governo que tem como principal base o liberalismo, o
220 desenvolvimento econômico, se não reconhece a importância do principal órgão,
221 que é o principal instrumento de desenvolvimento econômico? Ou o governo não
222 entende que sem os servidores do Sisema o impacto na economia do Estado traz
223 um impacto que é incalculável? Ou o governo não entende que para pagar o
224 reajuste, a recomposição justa que foi dada à segurança pública, nós dependemos
225 dos servidores do Sisema? Mas, não, eles só são lembrados quando rompe uma
226 barragem, eles só são lembrados quando há morosidade no processo ambiental. Aí
227 os servidores são chamados, aí os fiscais são chamados, aí há crítica porque houve
228 falha na fiscalização. Então eu quero colocar aqui e finalizo, secretário. É muito
229 importante, a secretária Júlia está aqui, e eu tive a oportunidade de falar com o
230 governador. Eu tenho muita clareza para poder lidar com esses temas porque eu
231 desenvolvo meu trabalho no que eu acredito. E eu volto a dizer, eu acredito na boa-
232 fé do governador. Mas ações de algumas pastas estão levando o governo para o
233 buraco. Isso é conhecido por todos nós aqui. Nós estamos vivendo uma situação
234 muito complexa. Doutora Andressa, eu não sei quem estava aqui há mais ou menos
235 cinco meses, quando eu sugeri a esta plenária para que nós fizéssemos uma moção
236 pedindo para que o governo pudesse fazer cumprir a legislação e fazer a aplicação
237 correta da taxa de recursos minerários. Pasmem, eu tive uma intervenção aqui de
238 um representante da Seplag falando que a taxa estava sendo aplicada de forma
239 correta, de forma legal. Isso aconteceu aqui. Alguns dias depois, na Assembleia
240 Fiscaliza, o secretário da Fazenda, que eu tenho que elogiar, é um cara muito
241 sensato. Ele tem levado credibilidade, porque credibilidade é quando você fala uma
242 coisa, e essa situação é cumprida. O secretário colocou e falou: 'Desde o ano
243 passado, está sendo aplicada de forma irregular, e nós continuamos a aplicar de
244 forma irregular. É uma situação complexa, mas eu faço o compromisso aqui de nós
245 trabalharmos uma posição de transição para que em 2020 a taxa seja aplicada
246 integralmente, salvo as restrições legais, os contingenciamentos legais dentro do
247 Sisema. E foi isso que ele fez? Agora, nós tentamos, sexta-feira, e eu estou
248 colocando porque essa pauta aqui, dependendo do que sair do governo, nós temos
249 antes desdobramentos diferentes dentro do COPAM. Sexta-feira nós tivemos uma
250 reunião com o Otto, 7h30, e não fazia nem pauta das nossas reivindicações a
251 questão das diárias dos servidores. É injustificável o que os servidores do meio
252 ambiente recebiam de diária: R\$ 97 para um analista sair de casa, ir para outra

253 cidade, pagar sua hospedagem, pagar sua alimentação. Ele tem que escolher: ou
254 ele se alimenta ou ele dorme. Não tem jeito. E isso traz consequência direta no
255 trabalho de cada um daqui do meio ambiente. E aí nós tivemos várias conversas
256 com a Seplag, e a Seplag, na sexta-feira, às 7h30 da manhã, anunciou. Ainda bem
257 que anunciou, e tinha gente do lado. Estavam o Germano, o Diogo, o Adriano e a
258 Janaína. Depois dessa primeira conversa, dessa triste iniciativa da discussão do
259 reconhecimento ou não do acordo judicial, chamando atenção que dias antes eu fiz
260 uma audiência pública para tratar da situação do acordo judicial homologado. E dias
261 antes a subsecretária Kênia fala na audiência pública que reconhece o acordo. Ora,
262 uma subsecretária fala na audiência pública que reconhece o acordo, e em uma
263 outra reunião com o secretário o secretário questiona o acordo. Como os servidores
264 vão acreditar, como eu vou acreditar em uma pasta que fala cada hora uma coisa?
265 E representa o governo. Agravando essa situação, o secretário Otto me chama em
266 uma reunião e fala: 'Pode anunciar aos servidores aquele pleito, justo, da alteração
267 daquelas diárias. Pode anunciar, eu acabei de assinar – sexta-feira –, e vai ser
268 publicado hoje.' E falou ainda o valor. R\$ 382, salvo engano. A Janaína gravou os
269 números. Aí nós fomos a uma reunião, e eu passei para os servidores: 'A diária vai
270 ser alterada, e o decreto vai ser publicado na sexta-feira.' Meus amigos, até hoje o
271 decreto não foi publicado. E como que os servidores e como nós podemos confiar
272 numa situação dessa? Se não pode cumprir, não faça compromisso. E aí nós
273 conversamos e chegamos a um ponto. Nós sabemos da dificuldade financeira que
274 o Estado está passando, mas é preciso o governo reconhecer que a pasta de meio
275 ambiente tem uma arrecadação significativa própria. E direta e indiretamente ela é
276 responsável por grande parte da arrecadação do Estado e assim deve ser
277 reconhecida, e assim os servidores devem ser reconhecidos e protegidos pelo
278 Estado e não perseguidos, como têm sido perseguidos. Vários PADs abertos. Eu
279 acredito que quem assinou não entendeu a consequência que trouxe na vida de
280 cada um que recebeu aquele processo. E vai interferir em cada um que recebeu
281 aquele processo nas análises de que cada um vai participar nos futuros processo
282 aqui. E para finalizar, secretário, nós fomos à Secretaria de Meio Ambiente. A
283 questão da retirada do fator redutor é uma questão muito simples. Isso já era um
284 sinal do governo para os servidores: 'Eu vou tirar o fator redutor.' Eu tenho defendido
285 isso e volto a dizer, eu tive que falar com o próprio governador e acredito que agora
286 vai ter uma sensibilidade por parte do governador para que isso seja feito antes da
287 assembleia dos servidores, para que possamos dar uma notícia direta aos
288 servidores: 'Olha, nós estamos fazendo isso aqui e vamos agora discutir a outra
289 parte.' Porque a retirada do fator redutor traz um impacto sabe de quanto? De R\$
290 15 milhões por ano. Quando nós já passamos este ano quase três meses, o impacto
291 neste ano vai ser aproximadamente R\$ 12 milhões. E esse recurso tem dentro da
292 Secretaria de Meio Ambiente – o secretário pode aqui confirmar –, que é uma parte
293 da taxa de recurso mineral que nem sequer foi orçada. O que eu estou dizendo
294 para vocês e que passei para o governador, para o secretário de governo e para
295 vários secretários é que essa greve pode ser encerrada na data de amanhã, basta

296 o governo ter sensibilidade. E para isso é importante que todos nós aqui possamos
297 nos unir em apoio aos servidores do Sisema. Vamos discutir a implementação,
298 vamos dar uma primeira sinalização para os servidores em relação à Gedama, que
299 não faz nem parte do acordo, mas o secretário colocou e fez o compromisso. Esse
300 cumprimento eu não discuto, que é a questão das diárias. E vamos discutir a
301 implementação, que seja gradativa, do acordo judicial homologado. Só para vocês
302 terem uma noção de números, o impacto hoje do acordo judicial homologado
303 equivale a um montante hoje no valor aproximado de R\$ 101 milhões. E volto a
304 dizer, votei a favor e apoiei a recomposição salarial dos servidores da segurança
305 pública, cujo impacto total durante esses três anos dá aproximadamente o valor de
306 R\$ 9 milhões. Justo, são servidores que merecem o reconhecimento. Agora, os
307 servidores do Sisema não reconhecem. Então eu quero passar para vocês essas
308 informações, que são de extrema importância. Isso não é movimento contra ou a
309 favor de governo, isso é um movimento a favor de Minas Gerais. Eu sei que as
310 Secretarias estão passando por momentos sensíveis, as relações institucionais
311 estão passando por momentos sensíveis, mas é preciso nós darmos apoio aos
312 servidores, é preciso nós aqui, membros do COPAM, representantes de diversas
313 entidades, demonstrarmos aqui um apoio a esses servidores, que são base do
314 nosso trabalho aqui. Então eu sugiro, secretário, que nós possamos aprovar aqui
315 uma moção pedindo para que o governo reconheça e possa fazer a proposta,
316 mesmo que de forma gradativa, da implementação do plano de carreiras e possa
317 cumprir o que o secretário colocou na sexta-feira, de forma imediata, que é a
318 alteração das diárias dos servidores do meio ambiente. Que se possa fazer isso de
319 forma imediata, a retirada do fator redutor seja realizada de forma imediata, para
320 que nós possamos ter diálogo e pedir. Porque aí eu tenho condições de chegar lá,
321 junto com o Adriano, porque eu tenho reconhecido aqui o esforço do sindicato em
322 tentar entrar num acordo. Chegar e pedir: 'Gente, vamos dar um voto de confiança
323 ao governo, vamos trabalhar isso.' Agora, eu acho que nós aqui, todos nós deste
324 COPAM, devemos isso aos servidores do Estado, de meio ambiente." Presidente
325 Germano Luiz Gomes Vieira: "Eu vou pedir à assessoria preparar a redação da
326 moção. Enquanto os outros conselheiros fazem uso da palavra, eles elaboram, e
327 nós colocamos em votação na sequência." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Eu
328 queria cumprimentar o secretário, todos os servidores da SEMAD, os conselheiros
329 e os demais presentes. Eu queria começar minha fala dando parabéns por dois
330 itens. O primeiro deles, parabenizando a SEMAD pela redução dos prazos de
331 licenciamento. A normatização e a automatização dos processos levam a redução
332 de prazo e economia no processo de licenciamento. Eu tenho décadas de
333 experiência nessa área e sei que, se se faz uma boa implantação, só temos ganhos.
334 Eu gostaria de parabenizar também pela condução das reuniões das diversas
335 Câmaras. Eu participo da Câmara de Atividades Minerárias e tenho como exemplo
336 a condução que tem sido dada pelo Yuri. Eu não concordo com tudo que ele diz,
337 nós temos discordâncias, mas eu acho que o papel dele tem sido exemplar. Um
338 exemplo é como ele se portou na reunião da Câmara de Atividades Minerárias que

339 deliberou sobre o alteamento da Anglo American. Uma reunião de mais de 12 horas,
340 em que o Yuri se portou com serenidade, firmeza e muita paciência. Então é um
341 parabéns para todas as pessoas envolvidas em condução dessas reuniões. Mas
342 voltando à questão dos prazos de licenciamento eu gostaria de dizer que é muito
343 importante que a atenção a licenciamentos de empreendimentos com potencial de
344 dano não seja negligenciada. Porque eu concordo sobre a redução e a simplificação
345 de análise de processos que não tenham grande impacto ambiental, que não
346 tenham impacto ambiental, mas, no caso de empreendimentos com potencial de
347 dano, eu acho que nós precisamos é melhorar. E nesse caso, ao meu ver, os
348 processos de licenciamento, por exemplo, de barragens não podem ser acelerados
349 e devem incorporar os estudos e análises de sustentabilidade para atender à lei. A
350 lei de 95 que cria a SEMAD já falava sobre isso, mas vamos falar sobre a lei vigente,
351 de 21 de janeiro de 2016, Lei 21.972. No seu primeiro artigo, a lei diz o seguinte: 'O
352 Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) é o conjunto de
353 órgãos e entidades responsáveis pelas políticas de meio ambiente e de recursos
354 hídricos, com a finalidade de conservar, preservar, recuperar os recursos ambientais
355 e promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade ambiental do
356 Estado.' O artigo 4º ainda repete isso ao dizer que a Secretaria 'tem por finalidade
357 formular, coordenar, executar e supervisionar as políticas para conservação,
358 preservação e recuperação dos recursos ambientais visando ao desenvolvimento
359 sustentável.' Só para reforçar, a missão que está no site da SEMAD diz que 'a
360 Secretaria de Estado de Meio Ambiente... E articular as políticas de gestão dos
361 recursos ambientais visando ao desenvolvimento sustentável do Estado de Minas
362 Gerais.' Eu volto a esse assunto daqui a pouco. Mas o que eu acho é que, nesse
363 caso, a lei não tem sido atendida, ao meu ver. E vou colocar isso em discussão
364 daqui a pouco. Mas o meu segundo item diz respeito à composição dos conselhos
365 de Meio Ambiente. A formação de conselhos – eu vou exemplificar em cima da CMI,
366 em que eu tive, no passado recente, mais experiência – ainda privilegia os
367 interesses da mineração em detrimento dos interesses da economia pública, da
368 sociedade e do meio ambiente. Isso quer dizer o seguinte: os placares foram todos
369 de 10 a 2 e agora talvez virem de 9 a 3, da forma como está composta essa Câmara
370 de Atividade Minerárias. Aí entra um item que eu acho que é importante. A exclusão
371 de conselheiros que adquiriram experiência, ao meu ver, é um erro grave. Por
372 exemplo, a Teca tem mantido ou manteve uma ação exemplar de participação da
373 sociedade na Câmara de Atividades Minerárias. Ela estuda realmente todos os
374 processos, estudou todos os processos, entende da mecânica do licenciamento
375 como poucas pessoas, e essa experiência não poderia ser perdida, ela é muito
376 importante para representação da sociedade. Eu gostaria que depois vocês
377 repensassem e reconsiderassem isso. A sociedade tem dificuldade para formação
378 de quadros que os possam representar. E quando conseguimos formar uma pessoa
379 com a qualidade da formação da Teca perder é muito triste. Então, Teca, parabéns
380 por todo seu trabalho, e nós da sociedade civil lamentamos muito a perda de sua
381 participação direta na CMI. E trabalharemos juntos nesta próxima formação do

382 Conselho. O próximo item que eu quero falar é sobre a aprovação do alteamento da
383 Anglo American em Conceição do Mato Dentro. Eu achei essa aprovação
384 lamentável. Para mim, foi uma profunda decepção com o governo do Estado, com
385 a SEMAD e com a Suppri. Decepção. Naquela reunião, eu manifestei a minha
386 decepção, manifestei publicamente, e da forma que eu manifestei, inclusive, alguns
387 conselheiros pediram que fizesse parte da ata de forma clara porque talvez me
388 processassem. Eu prometi na reunião que iria entregar pessoalmente essa ata ao
389 Ministério Público e perguntar sobre a pertinência do que eu falei. O Ministério
390 Público me respondeu, por e-mail – eu tenho o e-mail guardado –, que a minha fala
391 não apresentava nenhum problema, que era isso mesmo. Então eu aproveitei para
392 solicitar ao Ministério Público que investigasse para verificar se o que tinha ocorrido
393 era legal. Eu entrei com esse pedido ontem. A interpretação dada pela AGE, ao meu
394 ver – e eu não sou advogado, não sou jurista, mas com as pessoas com quem eu
395 troquei informações, todas tiveram a mesma visão –, vai contra o espírito da lei, o
396 parecer da AGE vai contra o espírito da lei, contra os interesses da economia
397 pública. Porque se por acaso não fosse permitido o alteamento eles seriam
398 obrigados a fazer a disposição de rejeito a seco, o que seria melhor para a economia
399 pública no curto, no médio e no longo prazo. Contra os interesses da sociedade,
400 porque aumenta a pressão em cima de áreas, por exemplo, zona de
401 autossalvamento, e poderia ser diminuída se não se permitisse esse alteamento. E
402 contra o meio ambiente, porque, é claro, se houver um rompimento em caso de
403 qualquer desastre ali, a área a ser afetada será maior. Então isso não é
404 desenvolvimento sustentável, ao meu ver. Ao meu ver, essa interpretação da AGE
405 vai frontalmente contra a obrigação legal da SEMAD de promover o
406 desenvolvimento sustentável, vide artigo 1º e artigo 4º da Lei 21.972. Eu gostaria,
407 então, baseado nisso, de solicitar formalmente à SEMAD uma interpretação, que ela
408 nos traga uma interpretação do artigo 1º e do artigo 4º da Lei 21.972, sobre a
409 obrigação legal da SEMAD de promover o desenvolvimento sustentável. Esse é um
410 item. Segundo, eu gostaria que a SEMAD também manifestasse se os princípios de
411 prevenção e precaução estão sendo seguidos pela Suppri nos licenciamentos de
412 barragens. E, terceiro, gostaria de propor a criação de um Grupo de Trabalho para
413 discutir desenvolvimento sustentável e análise de sustentabilidade no âmbito do
414 Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais. Então eu gostaria que
415 esses assuntos fossem debatidos em profundidade neste Conselho. Essa é uma
416 das funções de um conselho de política ambiental, e nós temos que utilizar essa
417 possibilidade. Acho que a questão de desenvolvimento sustentável não tem sido
418 tratada da forma que deve ser tratada. Proposta de regulamentação da Lei 23.291,
419 para mim foi uma tristeza receber aquele texto dessa proposta regulamentação. A
420 proposta apresentada pela SEMAD vai diretamente contra o espírito da Lei 23.291
421 ao tentar diminuir a sua eficácia, atende exclusivamente aos interesses das
422 mineradoras, vai contra a obrigação legal da SEMAD de promover o
423 desenvolvimento sustentável. Eu gostaria que a SEMAD demonstrasse que a
424 regulamentação que propõe não está indo contra o espírito da lei e que a sua

425 proposta é mais sustentável do que o que a Lei 23.291 propõe. Agora, por último,
426 eu gostaria de falar para os servidores da SEMAD/Sisema. Eu sou solidário ao
427 movimento de greve dos servidores da área ambiental. Acho que uma forma de
428 sucatear a defesa ambiental é manter o salário desses servidores baixo e as suas
429 condições atuação com dificuldades. E manifesto o meu integral apoio. Ainda quero
430 acrescentar uma coisa. Eu tenho muito orgulho de ter sido servidor do Ibama, e a
431 minha experiência no Ibama me fez acreditar ainda mais na boa-fé majoritária dos
432 servidores da área de meio ambiente. Ali dentro eu assisti exemplos de abnegação,
433 exemplos de comprometimento de que eu não vou me esquecer. E eu acho que é
434 uma característica da pessoa que faz um exame público para poder fazer a defesa
435 do meio ambiente. Então é uma pessoa que nós tínhamos que estar tratando com
436 muito mais responsabilidade do que estamos tratando. Vocês servidores sabem que
437 nós estamos no início de uma grave crise climática e grave crise hídrica. Acho que
438 vocês servidores deveriam começar a discutir internamente a sustentabilidade das
439 decisões em relação aos licenciamentos ambientais, principalmente aqueles com
440 potencial de dano, o que, na minha opinião, é uma obrigação legal da SEMAD e que
441 a meu ver não tem sido observado. A SEMAD tem hoje trabalhado em alguns casos
442 diretamente na defesa de interesses econômicos de empreendedores. Por exemplo,
443 esse caso do alteamento da Anglo American, defender interesses contrários à
444 sustentabilidade não deveria ser a função da SEMAD. A esperança de que nossos
445 netos tenham um planeta habitável está também nas mãos de vocês servidores da
446 área ambiental do Estado de Minas Gerais. Vocês representam uma das poucas
447 chances de que ainda tenhamos um desenvolvimento realmente sustentável em
448 Minas Gerais. Meus cumprimentos a todos vocês. Agradeço pelo tempo.” Presidente
449 Germano Luiz Gomes Vieira: “Obrigado pelas palavras. Sobre os itens colocados, o
450 Anderson, subsecretário, vai fazer a avaliação que você solicitou, vamos avaliar a
451 questão do GT. Inclusive, está como uma das ênfases colocadas na Assembleia.
452 Quem sabe conseguimos até lá iniciar uma discussão ali. Sobre a parte do serviço
453 de licenciamento ambiental, é como se estivéssemos saindo do mundo do papel
454 burocrático para o mundo da informática. Nenhuma regra ambiental foi alterada para
455 viabilizar esse sistema, ele só faz esse transporte. Lembrando, inclusive, de
456 agradecer ao Ministério Público, que existem ações que vêm para o bem. Uma ação
457 do Ministério Público contra o Estado de Minas Gerais à época foi justamente para
458 dar mais transparência e acesso à informação dos processos administrativos, e
459 nessa ação começou-se, através de um acordo, ao que foi criado o primeiro Portal
460 da Transparência Ambiental, que deu origem ao hoje ao Ecossistemas, que virou
461 hoje o SLA. Então foi uma construção conjunta. Isso possibilitou – até a indústria de
462 celulose não vai gostar – 1.400.000 folhas de papel economizadas por ano. O
463 sistema custou R\$ 1.150.000. Favorece com o sistema uma arrecadação superior a
464 R\$ 500 mil/ano. Ou seja, em dois anos, ele está pago. Existiam 66 servidores e 29
465 estagiários que ficavam apenas fazendo gestão de Correios, mandar documento,
466 checar documento, carimbar, mandar para o processo, fazer cópia. Além dos gastos
467 com MGS, com arquivo, etiqueta, papel, caneta. Enfim, uma série de economias que

468 está economizando o dinheiro público, o dinheiro de todos. Então realmente
469 agradecer até ao subsecretário Diogo, que foi na área dele que se construiu todo
470 esse sistema. E dizer que eu sempre falo sobre isso, a questão dos prazos. Quando
471 foi colocado, inclusive, pelo servidor Daniel a questão dos prazos de licenciamento,
472 obviamente, se faz uma média do que é certidão de dispensa, do que é LAS/RAS,
473 do que é LAS/Cadastro e dos licenciamentos convencionais. Eu não gosto de falar
474 em prazo do licenciamento, porque cada licenciamento tem o seu prazo, o tempo
475 que se leva para poder avaliar. E do ponto de vista dos Estudos de Impacto
476 Ambiental, dos processos que têm EIA, o prazo está estabelecido na legislação, de
477 seis meses até um ano, ressalvados os sobrestamentos ou informações
478 complementares. Então não é desse que nós estamos falando, nós estamos falando
479 dos licenciamentos de uma forma geral, que são quase 60 mil solicitações/ano. Às
480 vezes é uma empresa de sorvete que solicita uma dispensa do seu licenciamento
481 para poder ir ao banco pegar um empréstimo e por aí vai. Quanto aos servidores,
482 também faço coro, agradeço a sua colocação. Eles realmente são agentes de
483 promoção do desenvolvimento econômico sustentável do Estado. E quanto à DN de
484 barragens eu vou pedir ao Renato aqui para fazer realmente um breve
485 esclarecimento, porque nós avaliamos com muita densidade os pareceres que
486 foram colocados e decidimos realmente ter muita cautela em deliberar sobre aquela
487 norma. Por essa razão, só vou pedir para ele esclarecer, que temos mais tempo de
488 poder debruçar sobre ela.” Renato Teixeira Brandão/SEMAD: “O objetivo de o
489 Sistema de Meio Ambiente ter pautado essa DN, primeiro, temos que esclarecer e
490 reafirmar aquilo que temos falado de que a lei tem um aspecto prático claramente
491 colocado dentro da sua norma e já está sendo operacionalizada pelos processos de
492 licenciamento que estão em curso no Sisema. Nós como Estado, para alguns itens,
493 já fizemos regulamentação dessa lei via seja decreto do governador discutindo e
494 criando Grupo de Trabalho que tem interface com outras Secretarias em assuntos
495 mais complexos que a lei traz, como o Plano de Ação de Emergência, a questão da
496 caução ambiental e a questão da aplicação das multas. Então esses itens estão
497 sendo tratados via criação de um grupo técnico interno do governo que está
498 discutindo esses três itens. E a ideia da regulamentação é trazer alguma
499 procedimentação para o que está na lei, principalmente nos aspectos relacionados
500 à parte da fiscalização ambiental. Que hoje a FEAM tem um programa de
501 acompanhamento das informações, de gestão das informações das barragens, que
502 tem como base de regulamentação as Deliberações Normativas que são de 2002 e
503 2005. E aí a ideia é que, com o que a lei trouxe de novidade, consigamos assimilar
504 dentro desse programa essas diretrizes que vieram. Nós entendemos que essa
505 proposta inicial é uma proposta que foi construída com um grupo interno, que fez
506 uma série de discussões em número muito grande, mas é o primeiro passo que
507 trouxemos ao Conselho para iniciar essa discussão. Até por isso nós pautamos,
508 recebemos as contribuições e continuamos avaliando e buscando uma discussão
509 para chegar a consensos ou entendimentos comuns para regulamentar essa parte
510 da DN. Então a preocupação do Julio com relação à pauta da DN, nós entendemos

511 que esse é um primeiro documento, que vai precisar de ser aprimorado, mas um
512 documento interno do Sisema para iniciar a discussão. Então até por isso nós
513 pautamos, recebemos as contribuições e estamos continuando evoluindo com essa
514 norma. Porque nós recebemos seis relatórios de vista e vamos trabalhar com eles
515 para retornar com uma norma já assimilada a todos os comentários que foram
516 trazidos pelo relatório de vista. Por isso até devemos trazer essa DN mais para
517 frente, já com essa reavaliação.” Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “Eu
518 queria falar sobre esses dois assuntos que foram abordados. A DN referente a
519 segurança de barragens, o Ministério Público apresentou a manifestação de vista
520 bastante detalhada sobre todos os artigos da DN. O que nós verificamos é que
521 houve em alguns artigos uma extrapolação, no nosso entendimento, do que é
522 disciplinado pela Lei Mar de Lama Nunca Mais, que é a Lei 23.291/2019. Então no
523 nosso entendimento é muito louvável a regulamentação, mas ela não pode ir além
524 desse papel regulamentador. Identificamos alguns retrocessos a conceitos que
525 foram estabelecidos, vitórias da Lei Mar de Lama Nunca Mais, referentes a proteção
526 das ZAs, impossibilidade de ocupação das ZAs, conceito de barragem. Então a
527 norma estadual, a norma regulamentadora, pode ser, sim, mais protetiva, e na DN
528 nós verificamos fragilidades que vão contra a Lei Mar de Lama. Então eu acho que
529 o Sisema e a FEAM têm que ter esse cuidado ao fazer a análise das contribuições
530 das manifestações de vista, de não extrapolar e não fragilizar essa norma que foi
531 um avanço para a sociedade mineira, um grande avanço só obtido depois do
532 desastre do rompimento das barragens em Brumadinho. Em relação a outro ponto
533 aqui trazido pelo conselheiro Julio Grillo, referente à interpretação dada ao artigo 12
534 da Lei Mar de Lama Nunca Mais, o Ministério Público gostaria de informar que
535 judicializou a questão. O promotor de Justiça de Conceição do Mato Dentro
536 ingressou com uma ação civil pública por esse entendimento, entendendo que a
537 licença viola o artigo 12 da Lei Mar de Lama Nunca Mais.” Presidente Germano Luiz
538 Gomes Vieira: “Foi uma solicitação da SEMAD à equipe técnica que pudesse então,
539 a partir dos relatos de vista, densificar o documento. E ainda que seja um documento
540 novo que assim o faça e o leve de volta para a CNR. E eles só vão levar tão logo
541 tenham uma segurança de que realmente é um documento que responde aos pleitos
542 que foram colocados nos relatos de vista.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Boa
543 tarde a todos, eu sou Rogério Siqueira, presidente da Abes - Seção Minas Gerais,
544 que é a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Primeiro, até
545 como servidor público – eu também sou servidor público, da Prefeitura de Belo
546 Horizonte –, solidarizar com o movimento grevista aqui da casa, parabenizar pela
547 forma, que também é de se admirar a forma colocada. Não é o normal dos
548 movimentos reivindicatórios. Portanto, vejo pelo relato que vocês fizeram um acordo
549 foi com a sociedade mineira e não só com o Estado. Seja que governo foi que
550 assinou, todos nós mineiros fazemos parte desse acordo. Então ele tem que ser
551 cumprido, sim. Então a Abes se solidariza com todos vocês, em primeiro momento.
552 Segundo, me juntar ao Germano em relação à colocação do Dia da Mulher. Eu
553 sempre digo, nesse dia, que a terra também é feminina, a terra é mãe e mulher,

554 nossa mãe. E nesse sentido, o dia em que a mulher no mundo tiver o tratamento
555 igualitário nós vamos ter uma sociedade melhor, mais justa e o meio ambiente muito
556 melhor. Tenho certeza disso. Parabéns às mulheres. Por fim, convidar a todos a
557 participar do nosso Seminário de Resíduos, que se dará em junho. De 24 a 26 de
558 junho, no Crea, a Abes estará promovendo um Seminário Nacional de Resíduos,
559 que acontece a cada dois anos. Então convidar a todos a acompanhar no nosso
560 site. As inscrições para trabalhos estão abertas até o dia 30 deste mês. E convidar
561 a todos aqui presentes, inclusive, institucionalmente, Marília e secretários, a
562 participarem do nosso seminário. Nós queremos conversar, institucionalmente, com
563 cada um de vocês e saber como apoiar, visto que é o maior seminário de resíduos
564 que ocorre no Brasil. E a grande surpresa que o Anderson trouxe da lei, eu queria
565 fazer até uma sugestão. Poderia ser uma carta de crédito para comprar uma micro
566 usina de geração solar fotovoltaica. Seria muito melhor trocar o carro por isso, que
567 essa carta de crédito servisse também para isso.” Conselheira Maria Dalce Ricas:
568 “Boa tarde a todos. Meu nome é Maria Dalce Ricas, sou superintendente da
569 Associação Mineira de Defesa do Ambiente, mas estou aqui representando as
570 Organizações Não Governamentais, não só as entidades da qual eu participo. Já
571 estive no COPAM outras vezes, há muito tempo, e agora voltamos ao Plenário.
572 Quando o Germano pediu para as pessoas que estavam aqui pela primeira vez se
573 levantar, bastante gente se levantou. E há um bom percentual de pessoas novatas
574 aqui, tanto por serem novatas neste Plenário e talvez nessa área ambiental e talvez
575 até por fatores de idade talvez não conheçam um pouco da história do COPAM. Este
576 Conselho teve o professor Israel Vargas, um grande cientista, e certamente foi uma
577 das maiores contribuições que o professor Israel Vargas deu a Minas e ao país. Em
578 1977, quando mal se começava a falar da abertura política do regime militar, da
579 ditadura militar, que ruía o Brasil, o professor Israel Vargas conseguiu criar um
580 conselho que tinha a sociedade como participante, e mais, tinha a sociedade com
581 poder deliberativo. Pela primeira vez começou-se a abrir uma brecha no sentido de
582 se entender e mostrar que os recursos naturais pertencem a todos nós, não somente
583 ao setor privado e ao poder público. Hoje parece tolo isso, mas naquela época foi
584 um ato subversivo. O professor Israel Vargas chegou a ser ameaçado por isso,
585 porque era um ato subversivo, realmente. Mas a ideia foi à frente, e foi vetado pelo
586 governador de Minas, Aureliano Chaves, o que também foi um ato de coragem.
587 Então este Conselho não tem só uma história bonita, ele é um símbolo da abertura
588 democrática neste país, considerando que a democracia pressupõe a participação
589 da sociedade no máximo possível, inclusive participação nas decisões. Mas será
590 por que cargas d’água, em determinado momento, começamos a tomar um caminho
591 inverso, uma volta de um certo autoritarismo no Estado. Eu vou me permitir citar
592 alguns exemplos e dizendo que isso não começou neste governo. O ápice desse
593 movimento de autoritarismo, marcado pela exclusão da sociedade na gestão dos
594 recursos naturais, se deu quando o governo Fernando Pimentel, apesar da fala
595 populista do partido ao qual ele pertence, encaminhou um projeto à Assembleia
596 Legislativa tirando, inclusive, a competência deliberativa do COPAM. A gritaria foi

597 muito grande, e ele recuou um pouco, mas, na prática, o Plenário começou a ser
 598 esvaziado. Houve umas mudanças no governo Aécio Neves, quando José Carlos
 599 Carvalho era secretário, em que foi criada a Câmara Normativa e Recursal, e
 600 excluído o COPAM –excluído não no sentido negativo – institucionalmente, de
 601 apreciar, por exemplo, recurso de multa etc. E uma das justificativas do governo, na
 602 fala de José Carlos Carvalho, foi que, devido à importância do Plenário enquanto
 603 instância delegada por lei de elaborar e aprovar políticas ambientais, políticas
 604 públicas do governo do Estado, este Plenário merecia maior valor, inclusive com a
 605 participação de secretários e secretário adjuntos, não somente funcionários. Aí eu
 606 faço um parêntese para cumprimentar a presença da secretária Júlia, porque eu
 607 acho que é a primeira vez que eu vejo realmente uma secretária de outra pasta
 608 participar do COPAM. E do Noraldino também, porque a Assembleia Legislativa
 609 sempre foi uma ilustre ausente aqui no COPAM. Eu acho que estar no COPAM não
 610 é currículo, estar no COPAM é ter consciência de que nós estamos aqui para fazer
 611 história, no bom sentido, não para deixar no currículo ‘eu sou do COPAM’. É para
 612 ver que nós podemos contribuir para melhorar a utilização dos recursos econômicos.
 613 Voltando ao que eu tinha falado, que eu falei que começou um processo de
 614 autoritarismo e de exclusão, inclusive neste atual governo. O atual governo mantém
 615 esse processo de exclusão. Tem sido publicados decretos normatizando coisas na
 616 área ambiental, como por exemplo a questão da compensação, sem que o COPAM
 617 seja ouvido. Então eu queria fazer essa fala para vocês, porque uma das bandeiras
 618 que eu vou trazer aqui é realmente que este Plenário se torne uma instância de
 619 apreciação, deliberação e proposição de políticas públicas e não somente de
 620 ratificações ou então de ouvir relatório. Não que os relatórios não sejam bem-vindos,
 621 não sejam devidos, mas eu acho que o nosso papel é muito além disso. Então já
 622 fica esse recado de qual vai ser uma das nossas bandeiras aqui neste Plenário.
 623 Adriano, parabéns pela fala de vocês, eu comungo com o representante da Abes
 624 pela forma como vocês abordam o assunto. Podem contar com todo nosso apoio.
 625 Eu queria lembrar a sugestão do Noraldino de fazer uma moção e sugerir às demais
 626 entidades que aqui participam – Fiemg, Faemg, Abes, todo mundo – que também
 627 se manifestem individualmente ao governador apoiando o movimento dos
 628 funcionários, que é legítimo e legal. E por fim, Germano, eu não sei se existe essa
 629 figura, mas eu queria propor uma moção de repúdio – eu prefiro até ‘censura’, mas,
 630 se acharem ‘censura’ uma palavra muito pesada, que seja de repúdio – à decisão
 631 da CGE de abrir um PAD contra os funcionários aqui, sem ouvi-los, inclusive.”
 632 Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Talvez nós possamos incluir na mesma
 633 moção, e já fica uma coisa só.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:
 634 “Boa tarde, eu estou neste Plenário representando a ONG Espeleogruppo Pains, que
 635 considerou que eu deveria estar aqui representando essa ONG, que tem a sede lá
 636 em Formiga e uma atuação de mais de 20 anos. Como o Julio trouxe a questão da
 637 minha vedação, eu fui vedada pela SEMAD de participar da Câmara de Atividades
 638 Minerárias, mesmo sendo indicada pela ONG ProMutuca como suplente. Houve
 639 uma alegação, que foi respondida com recurso da ProMutuca, com argumentações

640 jurídicas de que eu não estava sendo reconduzida à Câmara de Atividades
641 Minerárias porque eu tinha estado na Câmara de Atividades Minerárias por uma
642 outra ONG. E a ProMutuca entendeu que eu deveria ser indicada como suplente, e
643 o Estado entendeu que estaria vedado. Então, a nosso ver – e não é só eu, outras
644 pessoas que tomaram conhecimento dessa situação e de situações similares –, nós
645 entendemos que isso é uma violação de direito. Porque, se uma entidade entende
646 que um determinado cidadão deve representar essa entidade, isso deveria ser
647 considerado e respeitado pela autonomia da entidade. E o próprio Estado – aí eu
648 concordo com a posição quando se usa a expressão ‘autoritária’ – se delega um
649 poder, inclusive, de inverter a ordem de um direito legítimo de uma organização da
650 sociedade civil delegar. O recurso foi respondido, e mantiveram a posição de que
651 não era possível. Mas de qualquer forma eu estou aqui no COPAM representando
652 a EPA. É muito preocupante a questão da gestão ambiental em Minas Gerais. É
653 muito grave, não adianta que essa verdade ainda esteja sendo maquiada ou omitida
654 ou desconhecida, ela é real. Pretendemos continuar atuando nessas instâncias na
655 defesa do meio ambiente, dos direitos humanos, de todos os seres vivos, da mãe
656 terra, das futuras gerações, de todos os biomas, de tudo que tem a ver com direitos
657 coletivos. E é esse o nosso objetivo como sociedade civil nessas instâncias, por
658 mais que seja muito difícil. É muito difícil estar testemunhando o que a gente
659 testemunha, tenta alterar e não vê as mudanças reais. Então eu tenho falado que
660 nós temos duas realidades. A realidade que é vivenciada nos territórios pelas
661 pessoas impactadas, por exemplo, por empreendimentos que chegam, e que houve
662 falhas ou situações que não foram devidamente tratadas na gestão ambiental, a
663 realidade do meio ambiente. Estamos aí com os rompimentos e as consequências
664 gravíssimas. E uma realidade que é trazida, muitas vezes, colocando que é um
665 exemplo a gestão ambiental em Minas Gerais. O que eu não estou dizendo que é
666 ‘x’ ou ‘y’. Em relação aos servidores, vocês saibam que eu sei que dentro da SEMAD
667 tem servidores realmente que trabalham, que fazem o seu trabalho. Eu sei que
668 vocês estão empenhados. Mas eu também sei que existem situações que têm que
669 ser devidamente averiguadas. Inclusive, nós temos essas provas na SEMAD. Não
670 sei em dois mil e quanto, nós tivemos o Humberto Candeias, do IEF, preso por
671 questões envolvendo a Máfia do Carvão. Tivemos o Adriano Magalhães Chaves por
672 três anos afastado ou que saiu por estar respondendo a uma questão criminal por
673 formação de quadrilha a favor da MMX, por favorecimento à mineradora. Temos
674 uma superintendente da URC Leste Mineiro afastada por favorecimento à
675 mineração. Então quando tratamos e questionamos o sistema e a gestão ambiental,
676 nós sabemos que não são todos, mas nós sabemos que dentro do sistema
677 ambiental tem, sim, situações que devem ser investigadas. E aí eu endosso o
678 encaminhamento que foi tomado, que o Julio Grillo informou. É um direito, inclusive,
679 de sobrevivência e de garantia de justiça em algum momento. Uma outra coisa que
680 eu queria falar é em relação ao que foi falado da agilização ou da otimização dos
681 processos. Eu sou a favor de que tudo seja realmente rápido no sentido da
682 digitalização de documentos, de acesso à informação, não no sentido de análises

683 sem partirem de certos pressupostos. Por exemplo, em dez dias, um processo estar
684 analisado porque é um processo avaliado como de pequeno porte ou de pequeno
685 potencial poluidor, como foi dado um exemplo, um sorveteiro, isso sou 100%.
686 Concordo. O que acontece é que, para garantir que isso vai ser assim, nós temos
687 alguns pressupostos que teriam que estar sendo garantidos antes de se fazer isso.
688 Por exemplo, saibam que, se um visitante entrar no Siam, que é o Sistema de Meio
689 Ambiente do Estado, na maioria das vezes, só tem acesso a uma relação de
690 documentos que estão no processo de licenciamento. Até hoje. Como eu sou
691 conselheira – e vocês saibam que podem ter acesso a um login e a uma senha para
692 entrar no Siam como conselheiros –, nós conseguimos acessar mais documentos.
693 Mas eu afirmo para vocês – e esta semana eu já fiz pesquisa de novo –, como
694 conselheira, com login e senha, tem documentos que constam digitalizados e não
695 abrem e tem documentos que, mesmo sei lá com três meses que foram inseridos
696 no processo ou mais, não estão disponibilizados. Nem com senha e login de
697 conselheira. Então a pergunta e o meu questionamento é: como é que se pode
698 comemorar que em dez dias um processo está analisado se pressupostos, como o
699 acesso à informação, estão sendo violados? Como é que a sociedade pode ter
700 direito ao que está pressuposto na Constituição Federal, no artigo 225, ‘compete ao
701 Estado e à coletividade cuidar do meio ambiente...’, se ele não vai ter acesso ao que
702 está sendo licenciado tão rápido? O que eu testemunho é: para o empreendedor,
703 para quem entra com processo de licenciamento, para quem quer ter a sua licença
704 ou a sua outorga, tudo é ágil, é online, é facilitado. Tudo está ágil e rápido. Para o
705 outro lado, que é o acesso à informação ambiental para se poder conhecer,
706 participar ou ter direito de fazer isso, continua tudo não funcionando. E isso é
707 gravíssimo. Eu vou dar um exemplo do que se passou ontem na Câmara de
708 Atividades Minerárias. Eu fui olhar o processo da Morro do Ipê – e ontem eu falei na
709 reunião da Câmara de Atividades Minerárias como cidadã –, e tem uma frase que
710 diz... Morro do Ipê é lá em Igarapé, São Joaquim de Bicas e Brumadinho. Só vou
711 dar o exemplo do parágrafo, e aí me chamou atenção. Lá tem uma barragem B2,
712 que é a montante. Não se fala nada no parecer da Suppri de que é a montante, a
713 gente é que tem que procurar. Eu fui procurar e soube que é a montante. E no
714 parágrafo diz que o reaproveitamento do material que está na B2, que é montante,
715 iria acontecer simultaneamente ao tirar o que estivesse no maciço. A palavra é
716 ‘simultâneo’, mas esse processo já tinha sido licenciado com uma Licença Ambiental
717 Simplificada. Eu não sou bióloga, não sou geografia, eu sou só uma educadora
718 ambiental e uma ambientalista e que vem lutando para que não aconteça o que está
719 acontecendo em Minas Gerais. Então, pasmem. O que vocês acham que eu senti
720 ao ver num parecer da Suppri informando que um reaproveitamento de rejeito de
721 uma barragem, que é a montante, e que vai ser simultâneo com a retirada do
722 maciço, que isso já foi licenciado com uma Licença Ambiental Simplificada. É um
723 exemplo que eu estou trazendo para dizer que enquanto os pressupostos básicos
724 para se agilizar a análise não estiverem garantidos nós estamos tendo uma fábrica
725 de futuras situações de risco. Porque, por exemplo, se o empreendedor omitir

726 informações ou der informações erradas, se o processo for ágil e não tiver as
727 garantias que são necessárias, pode se dar licença considerando que são de
728 pequeno porte ou de pequeno impacto e que na realidade não são. E aí quando o
729 impacto estiver posto no território e em cima das pessoas já não há o que fazer, a
730 não ser cobrar. Ou seja, isso é gravíssimo. Então eu estou colocando dois desses
731 pressupostos. Existem outros pressupostos que deveriam estar garantidos para
732 então se dizer: 'Ok, agora nós podemos dizer que em todos os que estão no ritmo
733 rápido não há risco.' Esses pressupostos não existem, inclusive no acesso à
734 informação. Ou seja, o licenciamento é dado no regime rápido, e quem está no
735 território ou no Comitê de Bacia ou a população que está do lado daquele
736 empreendimento teve violado o direito a ter conhecimento antes de aquilo
737 acontecer. E o exemplo desse parágrafo, no empreendimento que foi licenciado
738 ontem da Morro do Ipê, é um exemplo claro. Como é que se dá Licenciamento
739 Ambiental Simplificado para um reaproveitamento numa estrutura a montante com
740 parecer da Suppri que omitiu, inclusive, que aquela barragem era a montante. E a
741 resposta dada pelo superintendente da Suppri na reunião, ontem, foi que o processo
742 era específico para aquilo, mas que barragens não têm a ver com a competência,
743 porque aquilo já tinha sido tratado na outra licença. Esse é o terceiro pressuposto
744 básico. Enquanto não se fizer não fragmentada análise de processos de
745 licenciamento, nós não podemos realizar análises, porque vamos cometer erros
746 graves. Como é que se continua dizendo que num empreendimento grande – eu já
747 vi isso na Casa de Pedra, em Congonhas, eu já vi isso em vários empreendimentos
748 grandes de mineração – esse assunto da barragem não temos que tratar nessa
749 discussão. A licença é para a pilha, só que a pilha está próxima da barragem. Essa
750 desconexão e fragmentação é lógico que não vai dar certo e já não está dando certo,
751 e quem está pagando o preço é Minas Gerais. Por último, eu queria dizer que é
752 lamentável que dentro da própria SEMAD tenha vindo a minuta da deliberação
753 normativa, vinda do secretário Germano, uma minuta para estabelecer
754 procedimentos em relação à Lei Mar de Lama Nunca Mais, e quando lemos a
755 minuta, conforme já foi apontado também pelo Ministério Público, de uma outra
756 forma, nós vemos violação da própria lei. Ou seja, quando eu falei que a gestão
757 ambiental em Minas é grave e preocupante é porque eu tenho dezenas, muitos
758 exemplos. Então como é que uma Secretaria de Estado de Meio Ambiente diz que
759 é favorável e foi favorável a duas Licenças de Operação de alteamento violando a
760 Lei Mar de Lama com comunidades na zona de autossalvamento? Foram a da Anglo
761 American e a da AngloGold Ashanti, em Sabará, no dia 21 de fevereiro. Dois
762 alteamentos, Licença de Operação. Na lei, o artigo 12 veda claramente alteamento
763 se tiver comunidades da zona de autossalvamento. O Estado apresentou parecer
764 favorável, e os conselheiros da CMI votaram favorável, e agora esse lugar já está
765 recebendo rejeito, porque receberam a Licença de Operação. E se nessas
766 comunidades que estão abaixo, como Pompéu e Sabará, houver alguma situação
767 com essa barragem, aí o que se vai dizer. Então é extremamente grave a questão
768 ambiental em Minas Gerais. E isso tem que ser falado, e por isso nós estamos aqui

769 para permanecer contribuindo e trazendo o que nós vemos e o que nós analisamos.
770 E esse é o nosso papel como sociedade civil organizada. Era isso que eu queria
771 comentar.” Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto/SEMAD: “Como o assunto foi
772 dito por mais de um conselheiro, sobre a DN de Barragens, eu só gostaria de
773 esclarecer o que foi aquele ato. Depois da publicação da lei, inclusive, com várias
774 reuniões com o Ministério Público também, nós entendemos que a grande parte dela
775 é autoaplicável. Da parte que não é autoaplicável, foram publicados os decretos com
776 a criação dos Grupos de Trabalho. O presidente da FEAM, o Renato, já falou. E a
777 outra parte da lei nós iremos trabalhar numa deliberação normativa para trazer para
778 os órgãos colegiados e até ter uma discussão com todos os representantes, das
779 ONGs, do setor produtivo, das universidades, dos representantes de governo. E, só
780 reforçando o que também já foi dito, aquela minuta que foi enviada inicialmente – eu
781 digo porque eu estava presidindo a reunião da CNR, e isso foi explicado lá –, para
782 chegar àquele resultado, nós tivemos um trabalho de mais de 50 técnicos do
783 Sisema. Não foi só técnico da SEMAD, não foi só técnico da FEAM, foram mais de
784 50 técnicos, e foram diversas reuniões, muitas reuniões técnicas, para levarmos
785 aquela minuta. Quando nós levamos aquela minuta, nós tínhamos certeza de que
786 poderíamos melhorar, até porque o objetivo de levar aquela minuta para a CNR foi
787 isso, foi escutar a opinião de todos os representantes da sociedade e dos outros
788 órgãos de governo. Então nós levamos a minuta, recebemos os seis pareceres de
789 vista, começamos a analisar e a estudar aqueles pareceres de vista. Eu avisei com
790 antecedência: ‘Conselheiros, nós vamos retirar de pauta para analisar todos os
791 pontos levantados de todos os conselheiros e retomarmos com uma minuta
792 atualizada.’ Inclusive, nós nos colocamos à disposição para fazer reuniões técnicas
793 com todos esses conselheiros, e reforço que estamos abertos a fazer as reuniões
794 técnicas. É só para reforçar isso e deixar claro que não foi o resultado final, tanto
795 que a nossa proposta foi via uma deliberação normativa. Foi para escutar os
796 conselheiros mesmo, esse que foi o objetivo daquela DN. E hoje nós estamos
797 trabalhando em cima de todas as propostas de melhoria e atualização.” Presidente
798 Germano Luiz Gomes Vieira: “E mais uma vez esclarecer à conselheira de que, por
799 mais que a senhora tente personificar todas as ações da Secretaria no meu nome,
800 isso aqui tudo é trabalhado através de uma equipe. Então eu não mandei uma
801 minuta assinada justamente porque é competência de o Conselho discutir. Então
802 não é uma minuta do Germano, vocês vão construir lá conjuntamente com a equipe
803 técnica. E a solicitação que eu fiz para eles foi justamente para que eles discutam
804 os pareceres de vista e cheguem até a melhor minuta. Porque não se pode
805 desmerecer o trabalho de 50 pessoas sobre aqueles itens que foram colocados.
806 Alguém é dono da verdade? Não. Por isso que nós optamos em ser deliberação
807 normativa e não um decreto do governador, para que isso pudesse ser discutido no
808 COPAM. E assim vai ser. Quanto à questão do SLA, nós fizemos exatamente para
809 tentar melhorar. Às vezes, vocês acham que não, mas todas as reclamações que
810 vocês vêm trazendo ao COPAM nós vamos assimilando lá dentro da Secretaria. E
811 as reclamações do Siam muitas delas procedem, porque às vezes mesmo nós

temos dificuldade, porque é um sistema obsoleto, é um sistema que servirá para o futuro apenas como sistema biblioteca, onde nós vamos ter arquivado tudo que foi construído até agora. E todas as vezes que a senhora solicita à secretaria executiva eles se desmembram lá para tentar te auxiliar na prestação da informação o mais rápido possível. Mas do ponto de vista das tecnologias de informação é um sistema que não possibilita a sua modernização e a sua inovação. O SLA já é diferente, é um sistema mais ágil, uma tecnologia mais moderna e veio justamente para poder superar as dificuldades de melhoria e inovação do Sistema Siam. O Neto ontem mesmo fez um teste de acesso como usuário externo no SLA e até me deu retorno positivo. No SLA, sim. E tão logo a senhora veja que tenha alguma questão do SLA nós temos uma equipe, um sistema de suporte para atender também eventuais questionamentos que são colocados. Mas inclusive esses processos antigos não estão no SLA, o SLA é para processos uma vez instituídos na sua vigência, então processos novos. A agilização não é um fim em si mesmo, ela decorre dessa movimentação processual que é mais ágil. Por exemplo, outro dia um empreendedor tinha solicitado uma autorização para construir um viveiro, me parece, uma medida ambientalmente positiva, e a nossa resposta dependia de uma entrega de informações complementares dele. As informações complementares dele, para chegar a ele, levaram 15 dias. Para ele responder, 23 dias. Só nisso deixamos de ter um viveiro por quase dois meses. Então são essas medidas que tentamos melhorar, a agilidade decorre disso. E lembrando que o fim não são dez dias, o que foi construído e informado nas reportagens é uma média. Porque nós temos cerca de 60 mil solicitações. Imagina 60 mil solicitações no papel. É impossível, inclusive, se ter conhecimento, fazer uma busca ativa etc. Agora nós esperamos que seja muito mais ágil. E contamos também com vocês que estão no dia a dia das Câmaras Técnicas, que possam nos trazer a vivência, o que estão achando do sistema, porque ele só está na versão 1.0, ainda vai melhorar e muito. Nós queremos ser o órgão ambiental que tem o sistema mais moderno do país e hoje nós estamos caminhando nesse sentido. Quanto à questão das Câmaras Técnicas, a primeira vez que foi solicitada essa questão foi até pela Amda, em uma das nossas reuniões, sobre a questão de que os conselheiros pudessem figurar nas Câmaras Técnicas, mesmo já tendo participado. Não é um ato do secretário também, a SEMAD não excluiu. Isso é um decreto do governador do Estado. Em razão disso, nós temos que solicitar – uma vez que foi pedida a volta – que a AGE faça essa análise para suportar uma alteração desse ato que não é da SEMAD, que é um ato do governador. Nós solicitamos ao Adriano para fazer essa avaliação, sobretudo porque estamos com edital em andamento e, tão logo chegue a resposta, conseguiremos dar o melhor encaminhamento à questão. Tanto é que não há cerceamento, como também nós ficamos satisfeitos que a senhora foi indicada para figurar em outras Câmaras Técnicas, face o processo democrático de escolha através do edital. Da Câmara Minerária, em específico, só não pudemos conduzir a senhora novamente por causa dessa vedação do decreto. Mesmo a senhora já tendo participado e ter saído da instituição anterior – me parece que o Fonasc –,

855 não estava mais representando o Fonasc, uma vez a senhora ter participado da
856 Câmara Técnica, impossibilitou de fazermos a recondução. Mas tão logo saia esse
857 parecer será resolvido o seu caso, será resolvido o caso da Amda e outros casos
858 também que gostariam de voltar para as Câmaras Técnicas em que figuraram uma
859 vez. Eu concordo até com o Julio, nós vamos trabalhando em um ambiente e tendo
860 familiaridade com a temática. Isso é verdade. Só que, como é um ato do governador,
861 eu não posso fazer uma alteração unilateral, eu preciso desse suporte da Advocacia.
862 Da mesma forma quanto ao artigo 12. Se a Justiça posicionar que o artigo 12 da lei
863 tem uma interpretação 'x', obviamente que a Secretaria vai seguir. Então nós
864 estamos aguardando esse posicionamento judicial para que tenhamos essa
865 resposta especificamente sobre o artigo 12. Vocês veem que em todas as Câmaras
866 Técnicas quando deliberam e falam 'estamos vinculados ao parecer da AGE', isso
867 acontece. Nós tínhamos um parecer e tivemos que seguir o parecer. Se tivermos
868 decisão alternativa do Poder Judiciário, assim nós procederemos." Conselheiro
869 Adriano Nascimento Manetta: "Esta é a segunda reunião do Plenário de que eu
870 participo com a plateia cheia de servidores do Sistema de Meio Ambiente e fortes
871 emoções. A primeira foi essa de 2016, que o Dr. Adriano trouxe, bem colocado aqui,
872 em que eu achava que não haveria uma solução possível para aquela greve que
873 estava desenhada. Até porque era uma greve de alguns meses, mas que coroava
874 um processo de greves brancas de quatro, cinco, seis anos, sabe Deus quanto
875 tempo, e de intensidades variadas, que culminaram numa situação em que o Estado
876 parou na esteira da Secretaria de Meio Ambiente. E na minha percepção ali
877 começou a costura desse acordo que hoje nós estamos discutindo e que foi
878 brilhante. Foi uma construção – eu tenho que acompanhar a colocação do Rogério
879 – de uma postura muito inteligente, muito equilibrada da parte do Sindicato dos
880 Servidores que hoje eu vejo aqui refletida. E o que eu acho muito estranho e até
881 confuso nessa história? Nós, que somos do mercado imobiliário, nos últimos sete
882 anos, entendemos o que é faltar recursos, o que é trabalhar fluxo de caixa negativo,
883 o que é ter patrimônio e não ter dinheiro na mão. E uma coisa que vale para qualquer
884 empresa que está nessa situação é o seguinte: não tem dinheiro, não tem dinheiro
885 para nada. Então causa muita estranheza que o governo do Estado no início deste
886 ano – aí numa situação, a meu ver, completamente alheia à Secretaria de Meio
887 Ambiente – tenha vindo a reconhecer que não estava excedendo os limites da Lei
888 de Responsabilidade Fiscal. E me parece que se trata até mesmo de um cochilo.
889 Agora, o direito não socorre aos que dormem. Então a primeira coisa é o seguinte:
890 se for equívoco, é urgente que o governo corrija a posição e pare de causar desgaste
891 desnecessário. Se não for equívoco, o acordo está aí, a condição foi cumprida. Mas
892 o que eu coloco mais importante é o seguinte, o que parecia mais impossível em
893 2016 não era nem atender aos pedidos dos servidores, porque são pautas antigas
894 e legítimas. O que parecia mais impossível era restabelecer a confiança entre os
895 servidores do meio ambiente e as altas posições hierárquicas da Secretaria. E isso
896 aconteceu, é o que pôs o sistema para rodar de novo. E eu acho muito ruim se esse
897 tipo de situação estiver sendo colocado em risco de novo. É fundamental que, ao

mesmo tempo em que a Secretaria dê diretrizes claras aos servidores, eles possam confiar que, estando dentro dessas diretrizes, eles estarão amparados. E fora esse desgaste, a meu ver, de todo desnecessário, trazido por essa colocação da responsabilidade fiscal, eu não sei se pelo mesmo motivo, mas eu também enxergo um aumento de autoritarismo acontecendo dentro da Secretaria e no Conselho, me assombra essa situação da CGE abrindo processos administrativos à revelia dos servidores, como me assombrou há 15 dias a descoberta de que houve um parecer da AGE pedindo para abrir apuração de responsabilidade civil e criminal contra conselheiros estaduais e federais numa Câmara do COPAM, por motivo de abstenção, com base num entendimento que ela alterou oito meses depois da votação. Isso tudo, a meu ver, com o objetivo de determinar aos conselheiros do Estado que eles não têm outra alternativa, sentou na cadeira, vota com o governo. Mas nós temos um ponto de pauta que vai discutir especificamente essa questão, e eu não vou ficar preso a ela agora. O que eu acho e reforço, inclusive, acompanhando o deputado Noraldino, é que houve uma construção difícil, se não única, para o Sistema de Meio Ambiente voltar a rodar, de confiança, e essa confiança não pode ser quebrada, os nossos servidores têm que ser tratados com a seriedade que eles merecem e com o comprometimento que eles têm devolvido para a sociedade. Então o governo tem que ter essa responsabilidade.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Eu queria aproveitar a oportunidade em que estamos renovando aqui alguns conselheiros e pedir para tentarmos ao máximo atuar com um pouco mais de responsabilidade nas falas. Porque vemos às vezes os termos e formas meio capciosas para se manifestar. No processo da Anglo, por exemplo, houve essa forma de se manifestar meio complicada. O processo da Anglo não foi um processo de licenciamento de alteamento. Aí é posto como se estivéssemos autorizando alteamento. Não foi isso que foi feito naquela reunião. A barragem já tinha sido construída, a licença era para operar e dispor o rejeito até aquela altura para a qual eles já possuíam autorização. Então nós temos que ter um pouco de cuidado na hora que falamos, porque isso confunde quem não tem total conhecimento como nós que lemos todo o processo e estudamos. Então nós temos que ter um pouco mais de respeito com o outro, o trabalho é pesado, o trabalho é árduo, não só nosso, mas também dos servidores que fizeram o Parecer Único. Tanto elogiaram e vêm aqui com posicionamentos que são, para mim, perigosos. Eu acho que acabamos saindo um pouco do debate técnico para desviar sobre alegações para as quais, até o momento, eu nunca vi nada concreto e prova alguma. E aí eu volto a reforçar que essa questão da vedação do artigo não se tratava de uma mera subsunção do caso à lei, porque o caso não estava insculpido na lei, exatamente por não ser uma autorização para altear, como menciona o artigo, mas para operar, já autorizado o alteamento. Aí eu acho que a questão mais importante, inclusive, é porque durante a reunião nós tivemos um representante do MP presente, e eu questionei, inúmeras vezes, sobre qual era a posição do Ministério Público quanto à interpretação daquele artigo, qual era a forma como o Ministério Público estava interpretando e não fui respondida em nenhuma das vezes que eu

941 questionei. E eu tinha, em contrapartida, um parecer, exatamente pela polêmica de
942 interpretação, que a SEMAD teve o cuidado de solicitar à AGE, de como se dava a
943 interpretação. Eu não tive resposta do MP para poder nem questionar, contradizer,
944 contrapor um parecer vinculante que eu tinha em mãos. E hoje eu sei que tem ação,
945 vai ser decidido, nós vamos começar a atuar conforme seja definido, se for de forma
946 diferente. Mas eu acho que temos que ter um pouco mais de responsabilidade e
947 consciência na nossa situação aqui, ao invés de vir aqui e colocar discursos que não
948 condizem com a realidade ou que no meio dos quais falta informação, e aí torna a
949 questão meio dúbia. Porque está todo mundo aqui com idade suficiente para ter
950 responsabilidade e saber o que tem que fazer, correr atrás de informação, e nós
951 temos outras funções também. Então para vir aqui, depois de dedicar ao esforço de
952 ler o processo, ver o parecer, buscar informação, não estar presente em outros
953 ambientes que o meu trabalho exige, outras funções, para ser achincalhada, eu
954 acho um pouco delicado, porque não é um ambiente.” Conselheiro Wagner Soares
955 Costa: “Eu não ia falar muita coisa, mas depois da fala da conselheira Verônica eu
956 também me senti encorajado. Eu queria ver os companheiros que chegaram
957 novatos, que se levantaram. Porque o discurso que nós ouvimos aqui está
958 mostrando para nós que não vale a pena estar aqui. Porque nós estamos aprovando
959 alguma coisa de uma Secretaria que ‘é inconsequente, não tem responsabilidade
960 nenhuma’. ‘Esse pessoal que está sentado ali não tem responsabilidade nenhuma’,
961 porque tudo que eles fazem ‘está errado’, tudo que eles fazem ‘não tem
962 conhecimento técnico’, parece que ‘não tem embasamento técnico’. Aí eu fico
963 ouvindo elogios aos funcionários, mas ao mesmo tempo estão castigando os
964 funcionários, porque ao ouvir o secretário falar que o que ele põe aqui na discussão
965 não é o trabalho dele, mas de 50 pessoas, às vezes... Quem são essas 50 pessoas?
966 São aquelas ali. Então como é que eu chego aqui e os parabenizo, se sou favorável
967 ao que eles estão querendo e quando eu levanto faço o discurso de que esse
968 pessoal é inconsequente? Agora, eu acho que é com segundas intenções que se
969 chega e critica uma data de dez dias de solução. Pelo amor de Deus, é simplificar
970 uma coisa que é complexa. Caso a caso. E se a gente perceber dez dias não dão
971 para se analisar nada que tenha um EIA/Rima. Dentro da Federação das Indústrias
972 eu sou o maior defensor dos funcionários, porque eu convivo com eles diariamente
973 discutindo tecnicamente. Eu não sou responsável técnico, mas naquilo que nós
974 estamos discutindo com esses funcionários tem responsabilidade técnica. E eu
975 participo diariamente com esse pessoal, eu sei do valor que eles têm. E toda vez
976 que alguém critica parecer técnico e jurídico aqui dentro das Câmaras eu defendo
977 os funcionários aqui dentro. Porque eles gastaram o tempo de análise e ainda
978 correm o risco de serem processados. Por quê? Porque entenderam uma lógica
979 técnica e não um valor pessoal, um interesse pessoal. Eu tenho certeza de que são
980 valorizados por isso e os valorizo muito, a minha presença com eles é diária, temos
981 discussões calorosas, mas com muito respeito. Então eu fico indignado de ouvir
982 elogios, mas ao mesmo tempo serem chamados de irresponsáveis. A Fiemg apoia
983 o movimento, apoia a fala que o Adriano fez ali. Nós apoiamos, nunca deixamos de

984 apoiar, porque entendemos que sem eles a coisa poderia ser muito pior.”
985 Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “Eu só gostaria de fazer alguns
986 esclarecimentos diante da fala da Sra. Verônica. O Ministério Público esteve
987 presente, representado pelo servidor José Aurismar, na sessão que votou a Licença
988 de Operação para o alteamento da barragem da Anglo American, no dia 12 de
989 novembro. O Ministério Público não integra a CMI, então veio aqui na qualidade de
990 assistente, assim como os outros assistentes. Mas nós encaminhamos,
991 previamente, uma recomendação ao senhor secretário Germano para retirada de
992 pauta desse processo, e essa recomendação tem todas as explicações técnicas de
993 porque, no nosso entendimento, a licença afrontaria o artigo 12 da Lei 23.291. Então
994 eu lamento que a senhora não tenha tido acesso em tempo hábil ao texto da
995 recomendação, não tenha lido a recomendação, porque a senhora estaria melhor
996 instruída para participar da sessão. E não há dúvida de que é, sim, um alteamento,
997 porque o licenciamento é trifásico, e se tratava da Licença de Operação para o
998 alteamento; e após o deferimento da licença há uma mudança fática na barragem,
999 porque ela recebe carga de rejeito. Então a situação anterior à operação do
1000 alteamento é distinta da situação quando se finaliza o alteamento. Mas eu acho que
1001 não é o momento para se ter esse tipo de discussão técnica. Em relação ao
1002 procedimento que foi pautado lá, ele já foi judicializado. A questão foi judicializada,
1003 votada, aprovada. O Ministério Público se valeu do seu papel constitucional, de suas
1004 atribuições e propôs uma ação civil pública. Então agora essa discussão é jurídica.
1005 Há entendimentos jurídicos conflitantes que merecem ser respeitados. Há um
1006 parecer jurídico da AGE que também merece ser respeitado e ser discutido na via
1007 adequada, que é a via judicial, tendo em vista que o Ministério Público não
1008 concordou com o disposto no parecer da AGE. Então eu acho que não é o momento,
1009 nesse sentido, de se ter uma discussão técnica. Na nossa visão, houve afronta à lei,
1010 mas há posicionamentos contrários. Mas eu só quero dizer que a senhora disse que
1011 o Ministério Público não deu qualquer esclarecimento, e isso é equivocado, porque
1012 não era a função da pessoa que estava aqui, que não integra a CMI, dar
1013 esclarecimento para a senhora naquele momento. Mas o Ministério Público,
1014 previamente, apresentou uma recomendação para retirada de pauta, com todo o
1015 subsídio técnico necessário.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Na
1016 verdade, o meu questionamento não foi sobre a recomendação, porque o pessoal
1017 da CMI já passou para nós. Foi quanto à interpretação do artigo 12, naquele caso
1018 específico em que se falava que o alteamento já havia se consumado. Eles tinham
1019 uma licença, eles tinham já autorização para aquela altura. E o meu pensamento foi
1020 qual era a interpretação naquele caso em concreto. Já tinha uma situação. E me
1021 parece então, na verdade, que quem veio despreparado foi o representante do MP,
1022 porque às vezes ele nem tinha então o conhecimento. Não eu, porque eu li a
1023 recomendação. Eu acho que não tem necessidade de se fazer esse tipo de debate,
1024 porque ele poderia ter simplesmente, então, levantado a recomendação lá na hora.”
1025 Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Como se trata de um caso concreto,
1026 inclusive, que foi de competência de uma outra unidade administrativa do COPAM,

1027 e vejo com interpretações diferentes, que já estão submetidas a apreciação judicial,
1028 nós poderíamos sobrestar essa discussão específica, porque nós temos que
1029 aguardar a posição judicial, se vale o entendimento do Ministério Público ou o
1030 entendimento da AGE.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu gostaria de falar
1031 uma frase só para a Verônica. Me desculpa, Verônica, mas eu acho que o ponto
1032 aonde tem o equívoco na sua interpretação é o seguinte: uma coisa é realizar o
1033 alteamento da barragem, isso é uma coisa, provoca pouco risco, é só a execução
1034 do alteamento. O risco começa na hora que você começa a fazer a disposição do
1035 rejeito. Isso não pode ser confundido, não é dizer o seguinte: o alteamento já tinha
1036 sido feito, então está ok. Não é isso, a Licença de Operação é justamente que ‘nós
1037 podemos colocar rejeito ali.’ A Lei 23.291 foi extremamente clara para dizer que
1038 essa não é a saída, a saída seria a disposição de rejeito a seco, e isso melhoraria a
1039 economia do Estado, do município, melhoraria socialmente e ambientalmente.”
1040 Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Eu quero agradecer a
1041 explanação, embora eu saiba perfeitamente a diferença. E eu não estou aqui
1042 debatendo se o MP está certo ou não. Foi uma dúvida que eu coloque lá na hora, e
1043 justamente por o MP não compor a Câmara nós questionamos se ele gostaria de
1044 sentar à mesa para poder ter uma participação maior. Ele recusou, e em vários
1045 momentos, inclusive, eu debati com ele para poder trazer o entendimento de vocês,
1046 para favorecer. Então não é questão de certo ou errado disso e aquilo, é só
1047 realmente de enriquecer o trabalho, apenas isso.” Conselheira Andressa de Oliveira
1048 Lanchotti: “Eu queria esclarecer para a Sra. Verônica que a recomendação para
1049 retirada foi assinada pelo promotor da comarca, que é o Dr. Rafael Parisotto,
1050 encaminhada com antecedência para o secretário. A pessoa que veio aqui não veio
1051 com essa função de esclarecer, não é um servidor da área do meio ambiente, é um
1052 servidor da Cimos, que é a nossa coordenadoria de inclusão e mobilização social.
1053 Então o posicionamento do MP foi antecedente, no sentido de não ter essa
1054 discussão. Não viemos com esse propósito, por isso que a senhora não recebeu,
1055 no momento da reunião, os esclarecimentos que buscava, por parte do MP.”
1056 Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Eu vejo como uma ação de cordialidade
1057 de ambas as partes. Primeiro, por parte de vocês que, ao ver um representante do
1058 Ministério Público, ainda que não saibam que ele não seria promotor de Justiça, o
1059 convidaram pelo menos para participar das discussões. E também uma cordialidade
1060 por parte dele, que se recusou, por não ser membro, mas estava ali acompanhando
1061 como um servidor do Ministério Público. Essa questão está esclarecida.”
1062 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu lamentei escutar, por parte
1063 da representante da Segov, que as nossas colocações – e como eu também falei
1064 da questão da Anglo American –, ela se referiu a se ter falas capciosas, que temos
1065 que falar com responsabilidade, como se não tivéssemos falado com
1066 responsabilidade e que nós estamos achincalhando alguém quando chegamos a
1067 este Conselho e colocamos as questões que temos que colocar. Eu quero que fique
1068 constando em ata na íntegra a minha fala, até para depois eu ver como fazer algum
1069 encaminhamento, porque eu lamento. Porque se cada vez que chegamos e

1070 colocamos a nossa posição... E eu tenho muito critério, a forma é a forma que
1071 devemos colocar trazendo informações. E, secretário Germano, eu só coloquei a
1072 minuta dizendo que foi encaminhada por si não porque eu tenho hábito de
1073 personalizar. Quando eu recebi a minuta junto com a pauta, no final dela, está escrito
1074 'Germano', o seu nome. Se estivesse escrito 'equipe tal', eu não iria dizer numa
1075 reunião do COPAM que a minuta era sua. Não é verdade que eu tenho a prática de
1076 personalizar. Eu tenho a prática de trazer a forma como nós entendemos e como
1077 vemos e dando as informações. Só para constar também." Presidente Germano Luiz
1078 Gomes Vieira: "Também só para esclarecer quem apoia os colegiados é a
1079 Secretaria Executiva, então toda proposta é levada pela Secretária Executiva, que
1080 advém de um trabalho que é feito dentro do sistema. O nome vai lá porque, caso
1081 vocês aprovem, quem vai subscrever a aprovação de vocês sou eu. Inclusive, a
1082 mesma coisa aconteceu com a DN 217, depois do debate que teve no ano passado.
1083 Foi eu que subscrevi, mas foi aprovada pelo Conselho. É uma minuta encaminhada
1084 pela Secretaria Executiva." Conselheira Maria Dalce Ricas: "Eu queria agradecer
1085 você pelos esclarecimentos quanto à forma de encaminhamento da proposta de DN,
1086 inclusive, lembrando a participação dos servidores, que realmente prezamos muito.
1087 É claro que tem servidor que não sei, talvez possa não ser elogiado, mas acho que
1088 a maior parte deles realmente tem boas intenções. O que não quer dizer que sejam
1089 aprovadas todas as propostas. Mas até lembrar que decretos também podem ser
1090 discutidos dentro do COPAM. Porque você falou 'isso não foi um decreto justamente
1091 para trazer a discussão'. Se fosse um decreto, também poderia ter trazido. Voltando
1092 ao assunto que o Grillo e a Teca levantaram quanto à questão da revogação do
1093 artigo 8º do decreto, eu não sei se os senhores sabem, esse artigo 8º proibiu que
1094 uma entidade que já tinha um representante, por exemplo, no caso dela, no caso da
1095 Amda, que participava nossa assessora jurídica Lígia, na CPB, não pode ser
1096 reconduzida a representação no mandato seguinte. Só que a sociedade civil não
1097 tem estrutura, não temos quadros. E como eu disse nós não participamos do
1098 COPAM para dizer que participamos. Nós temos que trazer pessoas aqui capazes
1099 de discutir legalmente e tecnicamente com todo respeito a todos os personagens
1100 que fazem parte do COPAM. Não temos quadros, não podemos simplesmente ficar
1101 trocando, sob pena de realmente não trazermos qualidade e sugestões. Porque
1102 jogar pedra é fácil, mas nós temos que ajudar a construir também. Então esse que
1103 é o grande problema desse artigo. E aí eu discordo do Germano quando ele fala que
1104 foi um ato do governador e que agora tem que ouvir a AGE. Mas a AGE deu o
1105 parecer favorável para o governador promulgar o decreto? E agora é a AGE que vai
1106 opinar se pode revogar ou não o artigo 8? Por que essa questão não foi discutida
1107 antes então? Eu fico muito preocupada porque a AGE normalmente tem posições
1108 ultraconservadoras. Essa é a verdade, isso me preocupa muito. E pergunto, a minha
1109 pergunta é esta: o governador sancionou o decreto com o parecer da AGE? E o
1110 parecer da AGE era favorável a essa tutela do Estado à participação da sociedade
1111 civil no COPAM? Porque foi uma tutela, a meu ver, inaceitável, inclusive,
1112 inconstitucional. Mas, como você prometeu que está sendo feito um estudo delicado,

1113 nós esperamos realmente que o Estado não perca a oportunidade de rever esse ato
1114 e fortaleça um dos pilares da democracia, que é a participação da sociedade civil.”
1115 Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Eu prometi mesmo, e nós estamos tendo
1116 todo o cuidado em fazer isso, porque nós temos um edital que foi lançado no ano
1117 passado. Então eu não posso, por exemplo, prejudicar uma instituição que, dentro
1118 daquelas regras editalícias, eventualmente, deixou de participar porque sabia que o
1119 seu representante tradicional não poderia ser reconduzido. Apenas esses cuidados
1120 que nós estamos tendo.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Lembrando sempre que
1121 nós também somos prejudicados, principalmente porque, se esse decreto tivesse
1122 sido discutido dentro do COPAM, provavelmente, talvez ele não tivesse saído,
1123 porque realmente, para mim, é um absurdo. E eu quero entender melhor o negócio
1124 do PAD. Primeiro teve um processo administrativo relativo a abstenção de
1125 conselheiros na CPB. Foi isso?” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Esse foi
1126 um parecer da AGE.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Quem pediu à AGE para dar
1127 o parecer?” Conselheiro Emmanuel Duarte Almada: “Primeiro, eu estou feliz de estar
1128 aqui participando do COPAM. O Alexandre também é outro representante da Uemg.
1129 Também parabenizar a luta e solidarizar com a luta dos servidores em greve. Os
1130 servidores da Uemg também têm uma ação judicializada desde 2016. Também
1131 estamos à espera desse tratamento igualitário do Estado, deste governo,
1132 especificamente. E eu só queria ponderar sobre o que foi dito em relação à fala da
1133 Teca. Eu entendo que o COPAM, assim como outros órgãos, nós tratamos de
1134 discussões que são de aspectos técnicos, das políticas estaduais, mas são políticas
1135 estaduais. Então nós estamos também aqui tratando de diferentes formas de
1136 perceber e tratar esses dados técnicos e a legislação do Estado. Então eu acho
1137 muito perigoso e também lamentável quando se desqualifica a fala de um
1138 conselheiro, no caso a Teca, tratando de irresponsável, de achincalhamento, como
1139 se não fosse possível o dissenso neste espaço. Alguém disse que ninguém é dono
1140 da verdade, então isso significa que é possível e necessário que haja dissenso e
1141 que o dissenso seja respeitado, e não seja então esvaziado esse discurso. Então
1142 eu coloco essa questão porque eu venho para este espaço, da universidade, falando
1143 do espaço da universidade, em que tratamos da dimensão técnica da gestão
1144 ambiental, das questões ambientais, mas sabendo que também essa técnica está
1145 subordinada e é construída dentro de diferentes perspectivas, epistemologias,
1146 formas de pensar, de estar no mundo, de fazer política ambiental, de pensar o que
1147 é ou não desenvolvimento sustentável. Então eu peço que tenhamos esse cuidado
1148 e que este espaço não se esvazie e que seja rico também com os dissensos que
1149 sejam respeitados e valorizados.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “É claro
1150 que não, conselheiro, o COPAM realmente é um espaço de pluralismo. Então nem
1151 sempre nós vamos concordar, mas eu acho que nós temos que debater. Nós só
1152 partimos de um caso concreto que eu acho que é mais complexo do que só
1153 conceitualmente. Porque, conceitualmente, se se perguntar se é um espaço de
1154 pluralismo, todo mundo vai concordar. Mas na hora que se começa a discutir um
1155 caso concreto vai ter posicionamentos divergentes. Nesse caso houve, como em

1156 outros também. Como a divergência era jurídica, nós hoje vamos aguardar o
1157 posicionamento do Judiciário para tanto.” Adriano Brandão de Castro/Advocacia
1158 Geral do Estado: “A respeito do questionamento da Maria Dalce, só para fazer um
1159 apanhado aqui bem sucinto, quem não é do ramo não conhece peculiaridades a
1160 respeito da Advocacia Geral do Estado. Somos um órgão de Estado com assento
1161 constitucional, artigo 132 da Constituição, e é competência privativa dos
1162 procuradores do Estado a representação judicial e a atividade de consultoria
1163 jurídica, que é o que foi feito nesse caso. A consulta foi encaminhada pelo então
1164 secretário adjunto a respeito da necessidade ou não de se fazer o controle de
1165 legalidade de uma decisão que foi tomada pela CPB e também pela CNR. Foram
1166 dois casos específicos. E a resposta foi dada de forma cognoscível, o parecer é
1167 público, está no site da AGE. Eu peço que todos, por gentileza, acessem. Teve
1168 polêmicas desnecessárias em relação a ele, porque teve até conselheiro que falou
1169 que a AGE estava cerceando a liberdade de expressão. É claro que isso não está
1170 lá. O que está lá são orientações a respeito de controle de legalidade, que tem
1171 previsão legal, em aspectos jurídicos. Jamais haverá parecer da AGE sobre política
1172 pública ou sobre temas técnicos, apenas sobre temas jurídicos. E especificamente
1173 era sobre fixação de compensação ambiental. É um tema jurídico, que envolve
1174 dinheiro público. E aqui nós não estamos em um órgão jurisdicional, estamos em
1175 um conselho de política pública, sujeito a controle. E foi a respeito disso que o
1176 parecer da AGE tratou.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Quem era o então
1177 secretário adjunto que ele menciona? O que nos chegou, Anderson, é que vocês
1178 estavam contra porque alguns conselheiros se abstiveram, inclusive, o
1179 representante da UFV. Que estava sendo questionado direito de abstenção. Isso é
1180 verdade?” Anderson Silva de Aguiar/SEMAD: “Em verdade, são tantos processos
1181 que passam no âmbito do secretário adjunto, como secretário executivo. Eu não me
1182 lembro exatamente das características desses casos, então tenho que voltar à
1183 consulta para conseguir responder. Neste momento, eu não tenho.” Conselheira
1184 Maria Dalce Ricas: “Então eu peço que na próxima reunião ou em algum momento
1185 vocês tragam esse assunto novamente, porque para mim é extremamente
1186 importante, isso pode significar um ato de intimidação dos conselheiros e dos
1187 próprios técnicos do Sisema. Eu quero entender bem esse assunto. E o segundo é
1188 o PAD aberto pela CGE. Quem sugeriu à CGE que instalasse?” Presidente
1189 Germano Luiz Gomes Vieira: “Isso eu não sei dizer, porque também a Controladoria
1190 Geral do Estado é um órgão independente, nós não temos acesso ao relatório,
1191 porque ele é privativo das pessoas que foram arroladas para poder se defender
1192 nesse processo. Mas, como isso afeta diretamente a gestão, inclusive, as
1193 responsabilidades dos demais servidores que atuam na área específica desses
1194 outros servidores, eu tomei o cuidado e solicitei ao Gabinete, e nós oficiamos a
1195 Controladoria Geral do Estado para ter acesso às informações, ao relatório, para
1196 que possamos, de uma forma independente, levar informações à Controladoria de
1197 como realmente se procede um processo de licenciamento ambiental e quais são
1198 as responsabilidades, os requisitos, as avaliações. Pelo que relataram alguns

servidores, existem questionamentos sobre, por exemplo, a ultrapassagem do prazo de um ano para analisar o EIA/Rima, e por essa razão a pessoa está arrolada. Então eu pedi para ter acesso, formalmente, enquanto instituição e não enquanto Germano, quanto instituição SEMAD – e aí nós podemos ter até subsídio do COPAM, o que seria muito bom –, para levarmos as nossas observações ao órgão na condição de contribuição para que eles possam formar essa opinião. Eu tomei tanto cuidado em relação a isso que eu pessoalmente também solicitei ao controlador que pudesse fazer uma apresentação deste caso aos profissionais que estavam ali chamados a poder se posicionar. E nisso ele se manifestou favorável. Então, tão logo eu tenha acesso a isso e às argumentações que foram colocadas, nós poderemos discutir melhor.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Assim como a SEMAD, a CGE é um órgão do Estado. Que procedimento mais estranho abrir um processo administrativo sem ouvir o próprio secretário da pasta. Isso pode ser até prerrogativa legal, mas não sei se é ética. O que custava dar um telefonema, pedir uma orientação, uma informação? Foi um ato autoritário, discricionário, incompatível realmente com um governo democrático. Tem a moção que eu propus, inclusive, pedindo a revisão do ato.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Está aqui na sua moção, e eu vou colocar em apreciação.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Essa questão do parecer relativa à CPB é melhor eu trazê-la de uma vez, ou aguardo o ponto que fala do Regimento, o ponto 6 da pauta?” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “É melhor aguardar o item 6.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Senhor presidente, secretário, demais colegas conselheiros, público que assiste, em especial, servidores. Enio Fonseca, eu sou representante do Ministério do Meio Ambiente no Colegiado. O ministério faz parte do Colegiado como membro nato por decisão do decreto que o constituiu. E eu gostaria só de fazer uma consideração em relação a esse tema que está sendo discutido, porque é um tema que tem trazido muita apreensão mesmo, porque, por trás da orientação da decisão e do processo aberto, os conselheiros com os quais eu tive a oportunidade de discutir essa questão na Câmara Normativa e Recursal, na Câmara de Mineração e na Câmara de Proteção à Biodiversidade, todos estão bastante apreensivos com o desenho que se apresenta, de uma maneira pouco elucidativa, no que diz respeito a votar ‘sim’, a votar ‘não’ e se abster. E a grande questão que se apresenta na leitura imediata, sem os esclarecimentos necessários que estão faltando, é que fica parecendo que você não pode mais se abster, a não ser que você esteja enquadrado em dois dos aspectos que são mencionados lá na legislação, como estar impedido. Esse é o desenho, e os conselheiros estão apreensivos. E, mais, a orientação que foi dada e o processo alcançaram servidores que fazem parte do COPAM que não são servidores do Estado de Minas Gerais. Os servidores do governo federal que fazem parte foram atingidos, inclusive, na abertura do processo, servidor do Ibama, servidor do ICMBio. E me parece que um servidor da Universidade Federal de Minas Gerais também. Então esse desenho é de fato, sim, preocupante. Nós acionamos a AGU, que já pediu uma reunião à AGE e aos demais órgãos do Estado para ter a clareza desse entendimento, inclusive no

1242 aspecto de que o alcance da orientação abrange os servidores federais, que não
 1243 estão sob a égide da orientação da AGE. Então vale a pena mesmo esse assunto
 1244 ser esclarecido, trabalhado, para não suscitar ansiedade, preocupação e até
 1245 eventuais processos por parte de todos os servidores. E aí vale a pena mesmo fazer
 1246 uma revisita à decisão, chamando a AGU. O Marcelo Roque já pediu – e me mandou
 1247 a cópia – essa reunião para que o assunto possa ser pacificado e ter a clareza de
 1248 que os conselheiros possam agir com a liberdade prevista no Regimento.” Adriano
 1249 Brandão de Castro/Advocacia Geral do Estado: “Só para pegar o gancho no que o
 1250 Enio falou, a questão de abstenção está muito bem colocada lá, e lá está dito que
 1251 precisa ser motivada. Porque o conselheiro está aqui para deliberar. Se ele vai se
 1252 abster, ele precisa motivar. Por exemplo, o Ministério Público se abstém e motiva, e
 1253 a motivação é idônea. É isso. No caso da CPB, nós estávamos discutindo
 1254 compensação ambiental, dinheiro público, e de 12 conselheiros seis não votaram e
 1255 não justificaram por que e deixaram que apenas quatro conselheiros deliberassem
 1256 uma redução de valores de compensação ambiental. A fundamentação do parecer
 1257 da AGE é destinada ao presidente do COPAM, a quem incumbe o controle de
 1258 legalidade. Lá está se dizendo porque naquele caso o controle de legalidade tem
 1259 que ser feito. Isso não cerceia a possibilidade de o representante da Faemg, da
 1260 ACMinas votar como achar que deve votar. Então está tendo um entendimento
 1261 totalmente equivocado. E eu não sei qual é a dificuldade em se motivar. Ato
 1262 administrativo tem que ser motivado. O Ministério Público faz isso, ele se abstém de
 1263 forma motivada. Por que o conselheiro da Fetaemg não pode fazer o mesmo, aonde
 1264 que isso cerceia a liberdade de conselheiro? E a orientação de se fazer o controle
 1265 de legalidade é exatamente para que não se tenha problemas com dano ao erário,
 1266 porque a questão é jurídica, e quem faz consultoria jurídica no Estado de Minas
 1267 Gerais, com exclusividade, é procurador do Estado, é a AGE, e o entendimento da
 1268 AGE é direcionado ao presidente do COPAM e não cerceia votação de conselheiro
 1269 algum.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Na minha percepção, o parecer
 1270 da AGE, efetivamente, cerceia, porque aceita como duas únicas motivações
 1271 possíveis aos conselheiros a suspeição e o impedimento.” Adriano Brandão de
 1272 Castro/Advocacia Geral do Estado: “Eu coloquei isso no meu parecer. No parecer
 1273 da Nilza, que é o que vale, ela deixa claro que precisa ser motivado. Então esse
 1274 entendimento, que era meu, foi superado. Dentro da AGE, nós temos uma
 1275 hierarquia. O meu entendimento, pela repercussão, foi submetido ao Núcleo Central
 1276 de Consultoria Jurídica, e o Núcleo Central de Consultoria Jurídica, a meu ver hoje
 1277 – eu já falo ‘acertadamente’, porque a gente não consegue antever todas as
 1278 situações, abre espaço para abstenção motivada. E a motivação não vai ser objeto
 1279 de controle. Só que a motivação precisa existir.” Conselheiro Adriano Nascimento
 1280 Manetta: “Me permita discordar, porque o parecer da Dra. Nilza referenda, em todos
 1281 os termos, a sua nota.” Adriano Brandão de Castro/Advocacia Geral do Estado:
 1282 “Depois a gente pega ponto a ponto, eu acho que isso é importante para não ter mal
 1283 entendido. A gente pega ponto a ponto, e está muito claro lá.” Presidente Germano
 1284 Luiz Gomes Vieira: “Vamos pegar esse caso e dar o seguinte encaminhamento.

1285 Vamos dar o prazo de 20 dias aos conselheiros do COPAM para colocarem as suas
 1286 considerações, as suas observações sobre o parecer da AGE. Após esses 20 dias,
 1287 a Secretária Executiva vai reuniu o compilado dos entendimentos de vocês e
 1288 dúvidas sobre o parecer que foi emanado pela Advocacia e vai ressubmeter essa
 1289 consulta à Advocacia, para que avaliam e possam às vezes esclarecer algum ponto
 1290 justamente sobre o não cerceamento, o que para nós é prerrogativa sine qua non
 1291 ao exercício da função do conselheiro. E como o doutor Adriano está dizendo não é
 1292 esse o objetivo do parecer. Então eu só peço a vocês que façam isso. Se
 1293 concordarem, nós aprovamos esse encaminhamento. Eu estou vendo realmente
 1294 que surgem dúvidas, mas não deixem de fazê-lo para que possamos submeter ao
 1295 Adriano as dúvidas para que ele possa esclarecer o que o parecer diz e o que o
 1296 parecer não diz e que estão dizendo que diz.” Adriano Brandão de Castro/Advocacia
 1297 Geral do Estado: “Só para finalizar, na CPB eu cheguei a falar e reitero aqui: nós
 1298 estamos abertos, inclusive, vamos à AGE para debater, para conversar. Não tem
 1299 nenhum problema. Eu cheguei a levar isso para o Dr. Sérgio Pessoa, nosso
 1300 advogado geral do Estado, e ele falou que a AGE está de portas abertas para
 1301 conversar e esclarecer. Repito, atividade de consultoria jurídica quem exerce no
 1302 Estado é procurador do Estado e a Advocacia Geral do Estado, mas nós estamos
 1303 abertos para ouvir, para esclarecer e para tomar as orientações que sejam as
 1304 melhores para que o conselho de política pública ande dentro da legalidade sem se
 1305 descuidar da sua função, que é o amplo debate democrático.” Conselheiro Adriano
 1306 Nascimento Manetta: “Senhor presidente, então eu vou acatar a sua colocação. Eu
 1307 iria propor uma moção aqui de evolução da questão.” Presidente Germano Luiz
 1308 Gomes Vieira: “Nós podemos instruir depois as considerações que vocês vão
 1309 encaminhar com a moção da CNR que foi colocada, documentamos tudo e
 1310 encaminhamos.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Eu queria só fazer a
 1311 leitura para constar em ata. ‘1) Abstenção não é a suspeição por motivo de foro
 1312 íntimo nem impedimento, é conduta natural nos conselhos políticos, verdadeiro não
 1313 voto, sem qualquer recurso de competência ou múnus público. Não se deve
 1314 confundir o substantivo próprio ‘abstenção’ do artigo 28, inciso VIII da DN 177 do
 1315 COPAM, verdadeira figura jurídica, com o verbo comum ‘abstendo-se’ do artigo 52.
 1316 2) A abstenção, nos termos explícitos no artigo 28, inciso VIII da DN 177 do COPAM,
 1317 não demanda justificativa, que é limitada aos casos de votos contrários ao parecer
 1318 da SEMAD. Compete aos membros do COPAM votar respeitada a abstenção,
 1319 devendo apresentar justificativa caso o voto seja contrário ao parecer do órgão do
 1320 Sisema. 3) No caso do COPAM, quem é obrigado a exercer a competência de
 1321 deliberar não é cada um dos conselheiros individualmente, mas a Câmara. Uma vez
 1322 instalada a reunião com a presença de metade mais um dos conselheiros,
 1323 independentemente do número de conselheiros que permaneçam na reunião,
 1324 conforme artigo 18 da DN COPAM 177, não há qualquer impedimento para que um
 1325 conselheiro simplesmente se retire da reunião sem qualquer justificativa após o seu
 1326 início. 4) Se o controle de legalidade se dá por motivo de ilegalidade, não cabe falar
 1327 em supressão de instância, dado que o Conselho já expressou sua decisão política.

O presidente do COPAM, mediante análise de mérito, vê ilegalidade na decisão política. Logo, deveria emitir, ele mesmo, a decisão alinhada com a legalidade, não remeter a decisão de volta para o Conselho com mera anulação, porque nesse caso a decisão seria encaminhada ao Conselho para mera homologação, sem possibilidade de discordância. Se há análise de mérito, deve haver decisão de mérito. Controle de legalidade não se confunde com autotutela administrativa, que, inclusive, pode ser exercida, independentemente de controle de legalidade, por qualquer servidor para, por exemplo, os casos de erros materiais. O controle de legalidade decorre do princípio da legalidade e é prerrogativa do presidente do COPAM, prevista expressamente na legislação da qual ele não pode se desincumbir. 5) Não existe o suposto princípio da igualdade quantitativa defendido no parecer da AGE, sendo que no caso do COPAM é explícita a paridade formal entre os órgãos públicos e sociedade civil, na forma das cadeiras distribuídas aos representantes. O artigo 18 da DN 177 do COPAM exige presença de maioria absoluta dos membros de uma Câmara, sem contagem de paridade para início dos trabalhos. Essa figura existe apenas no parecer da AGE, sem qualquer amparo legal. 6) O conjunto dos entendimentos contidos no parecer e nota técnica tem o condão de eliminar o caráter político do COPAM, convertendo-o, efetivamente, em órgão semijudiciário, o que é contrário a tudo o que dispõe a legislação de regência sobre o Conselho e contrário ao próprio Regimento Interno. 7) Não se vislumbra qualquer possível ilegalidade na conduta das pessoas mencionadas no parecer da AGE, em razão de todo o exposto, motivo pelo qual a Câmara Normativa e Recursal do COPAM emitiu moção de repúdio ao Parecer AGE 16.137, de 8 de outubro de 2019, e de desagravo às pessoas contra as quais se levantou suspeita. 8) Ao diretor geral do IEF, não existia outra conduta disponível que não a assinatura do termo de compromisso, que pode ser revisto pelo órgão a qualquer tempo, caso se constate ilegalidade da decisão. A ninguém do IEF se atribui competência para o controle de legalidade. Assim, na nossa percepção, a nota jurídica e o parecer da AGE deveriam ser revistos para: restabelecer a prerrogativa da abstenção do COPAM sem necessidade de justificativa, distintamente das figuras de suspeição e impedimento; adequar o entendimento do que seja controle de legalidade, restabelecendo como prerrogativa exclusiva do presidente do COPAM, com decisão de mérito diversa daquela do Conselho; não aplicação do suposto princípio da igualdade quantitativa ao COPAM, restabelecendo sua natureza política, não judiciária; desagravo aos conselheiros e ao diretor-geral do IEF, injustamente acusados, restauração da sua honra e encerramento de eventuais processos iniciados para apuração de responsabilidade.' Era a sugestão que a gente trazia. Acha o debate muito importante, e vamos pedir o agendamento com o advogado geral do Estado." Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: "Constado em ata. Eu queria perguntar se todos estão de acordo com esse encaminhamento, do prazo de 20 dias para encaminhamento das considerações à Secretaria Executiva, para que ela possa submeter a essa reavaliação. De acordo? Então aprovado o encaminhamento. O segundo encaminhamento é a moção proposta pelo deputado Noraldino Júnior: 'Os

1371 conselheiros do Plenário do COPAM vêm perante vossa excelência apresentar
 1372 moção solicitando o cumprimento de acordo judicial firmado entre o Estado de Minas
 1373 Gerais e os servidores estaduais do meio ambiente, através do Sindsema,
 1374 homologado pelo Poder Judiciário em 20 de dezembro de 2016, que tratou
 1375 especificamente da edição de decreto retirando em definitivo o fator redutor da
 1376 fórmula de cálculo da Gedama; e envio do plano de carreira dos servidores do meio
 1377 ambiente para a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ainda que sua
 1378 implementação ocorra de forma escalonada. A moção solicita ainda que seja
 1379 cumprido o aumento do valor das diárias dos servidores do meio ambiente,
 1380 conforme noticiado pelo secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Otto Levy,
 1381 e que o governo envie todos os esforços para colocar fim a este movimento tão
 1382 prejudicial tanto para a proteção ambiental quanto para o desenvolvimento
 1383 econômico, lembrando do grande prejuízo para o meio ambiente e o
 1384 desenvolvimento do Estado o grande acúmulo de processos administrativos. Belo
 1385 Horizonte, 11 de março de 2020.’ Em discussão.” uma coisa só.” Conselheira Maria
 1386 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Nós entendemos que é para resolver, e com isso
 1387 a greve acaba, mas eu acho que não é bom colocar ‘para pôr fim a este movimento’,
 1388 porque isso atrapalha. Eu acho que até em respeito à greve e à atitude dos
 1389 servidores esse trecho tem que ser mudado. Pode até colocar: ‘Com o fim desse
 1390 impasse.’” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Que o governo envie os
 1391 esforços para superar o impasse.” Conselheiro Noraldino Lúcio Dias Júnior: “No
 1392 final, está colocando ‘os danos causados ao desenvolvimento e ao meio ambiente’
 1393 em relação à paralisação que houve em 2016. Eu acho que é importante citar ‘as
 1394 consequências trazidas pela greve em 2016’, que agora que estão sendo
 1395 superadas, na diminuição do acúmulo de todos os processos.” Presidente Germano
 1396 Luiz Gomes Vieira: “Eu coloquei ‘desenvolvimento do Estado’, o grande acúmulo
 1397 dos processos administrativos, grande passivo nos processos administrativos’,
 1398 ‘grande passivo dos processos administrativos advindos do movimento grevista de
 1399 2016’.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Lembrando que o
 1400 Sisema tem a ver com o meio ambiente, de alguma forma, acrescentar a questão
 1401 do meio ambiente, porque só está a questão do desenvolvimento econômico.”
 1402 Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Tem uma passagem aqui que fala ‘tão
 1403 prejudicial para a proteção do meio ambiente quanto para o desenvolvimento
 1404 econômico’.” Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “Eu já antecipo meu
 1405 posicionamento favorável à moção, mas tenho que me retirar, porque eu tinha uma
 1406 agenda às 17h e já estou atrasada.” Conselheiro Noraldino Lúcio Dias Júnior: “Eu
 1407 vou com a Dra. Andressa, então antecipo meu voto favorável.” Conselheira Walkiria
 1408 Lima Ribeiro Machado: “Esta é a primeira vez que a OAB toma assento no Plenário
 1409 deste honroso Conselho. Até por uma questão de ausência do Sr. Otto, que não
 1410 esteve aqui hoje para debater os argumentos do deputado Noraldino, cujo trabalho
 1411 eu acompanho, inclusive, pelas redes sociais e admiro bastante, admiro muito, eu
 1412 gostaria de me solidarizar com o movimento dos servidores, mas de verificar a
 1413 possibilidade de abstenção da OAB nessa questão da moção. Porque é a primeira

1414 vez que participamos, realmente não temos o conhecimento maior do movimento,
1415 dessa questão desse processo de 2016, desse acordo judicial e, principalmente, da
1416 questão que foi discutida sobre o aumento de valor de diárias, que me parece que
1417 foi em uma reunião realizada entre o deputado Noraldino e o secretário Otto. E
1418 diante da ausência dele estamos firmando, fazendo uma moção pedindo o
1419 cumprimento de algo que não foi uma decisão pública, não foi discutido
1420 publicamente.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Eu na verdade queria falar
1421 sobre o ponto anterior, mas vou aproveitar a abstenção da OAB e dizer que devemos
1422 respeitar qualquer voto, seja abstenção, seja a favor, seja conta, e que nós temos
1423 direito de votar de acordo com a consciência de cada um em qualquer conselho. É
1424 assim que eu penso e assim que eu quero trazer aos conselheiros.” Presidente
1425 Germano Luiz Gomes Vieira: “À Walkiria, conselheira da OAB, estou acatando a sua
1426 sugestão e dizendo que foi noticiado pelo secretário de Planejamento em reunião
1427 junto ao deputado estadual. Foi isso que ele noticiou, a proposta de moção é dele.
1428 Então em votação. Os conselheiros que estão favoráveis à moção permaneçam
1429 como estão. Aprovada a moção. Parabéns a vocês. Antes de passar à próxima
1430 moção, enaltecer o seu trabalho, Yuri, que foi aqui registrado pelo Julio Grillo. Você
1431 também que tinha recebido homenagem dos próprios servidores pela sua forma de
1432 condução. Parabéns, novamente, e isso retorna a todos aqueles que participam de
1433 Câmaras Técnicas. Segunda moção: ‘Os conselheiros do Plenário do COPAM
1434 manifestam o seu repúdio à abertura de processos administrativos disciplinares
1435 contra servidores da SEMAD pela CGE, sem dar-lhes direito ao contraditório e
1436 ampla defesa, e solicitam revisão dos atos.’ Essa proposta é da conselheira Maria
1437 Dalce. Em discussão. Em votação. Os conselheiros que são favoráveis à moção
1438 permaneçam como estão. Aprovada a moção. Terceira e última proposta de
1439 encaminhamento, do Julio Grillo: constituição de um Grupo de Trabalho para avaliar
1440 a variável de sustentabilidade em processos administrativos de licenciamento
1441 ambiental com potencial dano ao meio ambiente. É uma matéria nova, sem
1442 precedentes, salvo engano, em outros Estados da Federação, inclusive, em nível
1443 federal, mas que valeria, por exemplo, debucar sobre essa avaliação e tirar algum
1444 entendimento. Se vocês votarem favorável à constituição do Grupo, ato contínuo,
1445 eu oficio as entidades que figuram aqui no Plenário para verificar se querem ou não
1446 participar. Porque muitos já tiveram que sair ou não estiveram presentes. A resposta
1447 sendo positiva, indicamos as pessoas e vamos organizar a constituição do Grupo
1448 de Trabalho. Em discussão. Alguma consideração a essa proposta? Em votação.
1449 Os conselheiros que são favoráveis à constituição do Grupo de Trabalho, conforme
1450 registrado com escopo por esta Presidência, permaneçam como estão. Aprovada,
1451 Julio Grillo, a sua proposição.” Diogo de Carvalho/Comitê da Bacia Hidrográfica do
1452 Rio São Francisco: “Eu falo aqui em nome do Comitê do São Francisco e vim aqui
1453 convidar as instituições que estão aqui presentes para participarem do processo
1454 eleitoral para novos membros, da gestão 2020/2024. No site do Comitê do São
1455 Francisco e da Agência Peixe Vivo em toda a lista de documentos para habilitação,
1456 os requisitos, as diretrizes para habilitação das instituições que queiram se

1457 candidatar. Eu e a Ana Carolina vamos estar ali no final da reunião, caso alguém
 1458 queira tirar uma dúvida, receber nosso material informativo. Eu queria agradecer a
 1459 oportunidade, à Abes, ao Ibram, à Amda, que já nos receberam; à Faemg também.
 1460 Nós vamos estar em Curvelo, Pompéu, Paracatu e Unaí nas próximas semanas. Se
 1461 vocês tiverem alguma indicação de entidade para a gente visitar, apresentar o
 1462 processo eleitoral, vai ser de grande importância para nós. Obrigado pelo espaço, e
 1463 esperamos que vocês se inscrevam nesse processo.” Conselheiro Wagner Soares
 1464 Costa: “Eu só queria parabenizar a presença deles aqui e dizer que essa é uma
 1465 presença importante, porque nós temos tido poucas entidades candidatas a
 1466 participar do Comitê da Bacia. Então nós temos tido vagas em branco. Então o
 1467 chamamento dele é importante, é um processo democrático, um processo de
 1468 eleição. Então, quanto mais candidatos tenham, com certeza, vamos melhorar e
 1469 qualificar o corpo dos representantes de conselheiros no Comitê da Bacia do São
 1470 Francisco.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Diogo, eu solicito que você
 1471 encaminhe essa colocação para a Secretária Executiva, para ela circular no e-mail
 1472 de todos os conselheiros do COPAM e não pegar só o Plenário, estender isso para
 1473 todos os conselheiros, para disseminarmos mais essa informação.” **5) EXAME DA**
 1474 **ATA DA 183ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 183ª reunião do
 1475 Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 12 de dezembro
 1476 de 2019, com abstenções de Seapa, Fetaemg, Espeleogruppo Pains, Secult, Cefet,
 1477 ProMutuca, Assemg, OAB e ABRHidro. As abstenções foram justificadas pela não
 1478 participação das entidades na composição do Plenário quando da realização da
 1479 reunião. **6) FUNÇÃO E ESTRUTURA DO COPAM: REGIMENTO INTERNO**
 1480 **(Deliberação Normativa COPAM nº 177/12). Apresentação: SEMAD.** Yuri Rafael
 1481 de Oliveira Trovão, da SEMAD, fez apresentação sobre função e estrutura do
 1482 COPAM e seu Regimento Interno. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no
 1483 site da SEMAD. **7) SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS**
 1484 **HÍDRICOS (SISEMA). REALIZAÇÕES 2019 E PLANEJAMENTO 2020.**
 1485 **Apresentações: SEMAD, FEAM, IEF e IGAM.** Dirigentes da SEMAD, FEAM, IEF,
 1486 IGAM e Arsae fizeram apresentações sobre os principais trabalhos desenvolvidos
 1487 no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos no exercício
 1488 de 2019 e o planejamento de atividades para 2020. Debates. Presidente Germano
 1489 Luiz Gomes Vieira: “Eu queria destacar, como o deputado Noraldino colocou àquela
 1490 época na fala dele e a Dra. Andressa, essa estruturação, incremento do programa,
 1491 só foi possível com essa destinação da taxa minerária. Então essa estruturação é
 1492 muito importante e tem várias ações orçadas com o valor da taxa. Inclusive, alguns
 1493 recursos que vão ser equipamentos adquiridos para dar suporte a outros órgãos que
 1494 tenham competência fiscalizatória relacionada a eles. Por exemplo, à Agência
 1495 Nacional de Mineração, nós vamos ceder automóveis, e para a Defesa Civil; se
 1496 possível, ao Crea, para fiscalizar as anotações de responsabilidade técnica. Enfim,
 1497 todas aquelas instituições que tenham atribuições relacionadas a essa gestão
 1498 poderão ser favorecidas com essa gestão da taxa minerária também. Além de
 1499 estarmos estruturando a FEAM, estamos ajudando e apoiando os demais órgãos.

1500 Eu gostaria de destacar também a questão do centro. Isso é uma atividade piloto
1501 sem precedente em Minas Gerais. Nós estamos discutindo um termo de
1502 ajustamento de conduta com a Vale, com apoio do Ministério Público, da Aecom e
1503 da Catapult, que é uma empresa inglesa muito conhecida pelas suas avaliações de
1504 interferometria, para que através dessa expertise eles possam migrar essa
1505 tecnologia para o programa estadual. E na ANM o diretor-presidente já se
1506 manifestou favorável de que gostaria até de participar dessa iniciativa, porque
1507 serviria de um piloto para que a ANM, verdadeiro órgão fiscalizador da Política
1508 Nacional, também utilizasse essa experiência e esse piloto para o país inteiro.”
1509 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu queria falar uma coisa muito rápida,
1510 primeiro com o Malard, depois com o Renato. Ao Malard, eu gostaria de solicitar a
1511 inclusão no seu programa para 2020 da questão dos corredores ecológicos. E
1512 poderíamos começar pelos corredores ecológicos do Quadrilátero Ferrífero,
1513 baseado no Mosaico das Unidades de Conservação que já foi aprovado pelo
1514 Ministério do Meio Ambiente. Essa é a minha sugestão, eu gostaria que vocês
1515 incluíssem. E no caso do Renato, da FEAM, eu tenho uma certa experiência nisso
1516 e acho que se vocês estão querendo mexer com a questão de qualidade do ar o
1517 primeiro ponto em que vocês deveriam atuar é o da troca da matriz energética dos
1518 transportes públicos. Isso é viável, depende de uma alteração na matriz tributária,
1519 mas você consegue viabilizar um sistema de emissão limpo em transporte público
1520 em centros, por exemplo, como Belo Horizonte. Só para você ter um número, a
1521 estatística da União Internacional de Transportes Públicos é que numa cidade como
1522 Belo Horizonte você perde aproximadamente 3,2 anos da sua expectativa de vida
1523 por respirar o ar que nós temos aí fora. Isso cairia violentamente com a simples troca
1524 da matriz energética dos transportes públicos.” Presidente Germano Luiz Gomes
1525 Vieira: “É importante informar que a FEAM acabou de concluir um inventário de
1526 emissões veiculares para a cidade de Belo Horizonte, e nós ofertamos esse
1527 inventário para o prefeito de Belo Horizonte e para as suas Secretarias afetas. E ele
1528 é totalmente aderente, primeiro, ao planejamento territorial, planejamento das
1529 principais avenidas e também da troca da matriz energética. Se depois quiser ter
1530 acesso peça ao Renato o inventário.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “Só
1531 complementando o que o secretário falou, nós também temos discutido no âmbito
1532 do governo a questão do incentivo a carros e meios de transporte que usam o
1533 princípio da eletricidade. Essa é uma pauta que leva a discussão com outras
1534 Secretarias, com questões de recursos e de impostos, mas também já tem um
1535 movimento dentro do governo que está fazendo essa discussão, inclusive,
1536 discutindo isso com as questões de mobilidade, de uso de veículos compartilhados
1537 e toda essa questão que está colocada, que é importante. Não deixando de tratar o
1538 transporte coletivo, mas também discutindo essas questões.” Conselheiro Julio
1539 Cesar Dutra Grillo: “Eu vou dar dois dados em cima disso. Eu fui vice-presidente da
1540 União Internacional de Transportes Públicos por quatro anos, cuidando da parte de
1541 tecnologia. Então aqui tem duas coisas. Por exemplo, uma cidade como Belo
1542 Horizonte, se ela segregar entre 5% e 7% do seu sistema viário que é público, dobra

1543 a velocidade média dos transportes públicos. Na hora que dobrar a velocidade
1544 média dos transportes públicos, você vai passar a transportar o mesmo número de
1545 passageiros com pouco mais da metade do que seriam as emissões. Quer dizer,
1546 além de todos os outros benefícios, você ainda reduz a emissão de gases.”
1547 Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Vocês viram que há muito ainda que tem
1548 que ser feito, inclusive, aqui é o lugar para discutirmos isso, mas muito foi feito e
1549 muitos passos foram dados, sobretudo, nessa modernização administrativa. Eu fico
1550 muito orgulhoso que, diante de todas as dificuldades, nós conseguimos dar esses
1551 passos tão concretos na melhoria da prestação do serviço. Afinal de contas, é isso
1552 que nós estamos aqui para fazer. E queria agradecer a presença de vocês aqui,
1553 entendendo que muitos têm que sair para outras atividades, mas, como nossas reuniões
1554 ordinárias são marcadas com antecedência, que pelo menos reservem cinco horas
1555 para fazermos uma reunião, pelo menos de 2h às 7h. Nós estamos aqui com temas
1556 importantes de planejamento, são 6h40, e já temos um quórum reduzido. Eu vejo
1557 que às vezes nas Câmaras Técnicas nós ficamos 12 horas discutindo um processo
1558 de licenciamento e acho que discutir política ambiental valeria mais tempo. Então
1559 eu peço para vocês que se programem para estarem presentes pelo menos durante
1560 cinco horas de reunião, porque eu quero deixar esse legado de construção de alguns
1561 assuntos importantes neste ano de 2020.” Conselheiro Wagner Soares Costa:
1562 “Secretário, acompanhando o dia a dia, o relato que foi feito, nós verificamos que
1563 houve um avanço muito grande, um avanço com muita seriedade. E nós temos
1564 participado muito com vocês nesse processo. O CTF é bom, porque tem sete anos
1565 que nós fazemos todo mês de janeiro e fevereiro, junto com o Ibama e junto com a
1566 Secretaria, um workshop em todas as regionais da Fiemg. Este ano nós pegamos
1567 1.200 assistentes para os nossos workshops. Por isso que nós temos essa
1568 vantagem. O Ibama é testemunha de que Minas Gerais é o melhor Estado do Brasil
1569 em registro no CTF, mas por esse trabalho conjunto com vocês. Agora, com relação
1570 às reuniões do COPAM, eu gostaria de sugerir que na participação dos conselheiros
1571 fosse dado o tempo de 3 minutos. Porque agora nós vamos ter três pessoas aqui
1572 que, se deixar, tomam conta da pauta. Uma é o Julio Grillo, que está aqui do meu
1573 lado, outra é a Maria Dalce e a outra é a Maria Teresa. Então nós temos que ter
1574 uma ordenação nessa primeira parte, porque a segunda parte é de discussão de
1575 política, e aí, sim, nós teremos que gastar 12 horas. Porque nós gastamos aqui
1576 quatro horas ouvindo os três e mais alguma pessoa. Não é lógico. Outra coisa que
1577 eu gostaria de sugerir: a pauta, se for discutir política, tem que ser um tema, para
1578 discutirmos 12 horas. Aí é discussão mesmo, porque nós estamos discutindo o
1579 mérito. Mas na comunicação está dito ‘comunicados’, não pode ser palestra. Então
1580 eu peço ao senhor que ordene isso na primeira parte. A segunda parte, eu concordo,
1581 nós precisamos ficar aqui cinco horas discutindo um tema fundamental. Aí todos
1582 vamos participar, aí, sem tempo.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Eu
1583 gostaria de fazer uma consideração final iniciando pela adequação. Na verdade,
1584 aqui eu não sou Ibama, eu sou Ministério do Meio Ambiente, represento uma
1585 instituição de nível federal aqui dentro deste Colegiado por uma referência do

1586 decreto do governador. Então na condição de falar pelo Ministério eu queria só fazer
1587 um registro que é o reconhecimento de que as políticas públicas ambientais do
1588 Estado de Minas Gerais, neste período recente, representam aquilo que se
1589 apresenta no contexto de país como algo que é uma referência. Os avanços que a
1590 Secretaria de Meio Ambiente tem conseguido em cada uma das atividades setoriais
1591 nas quais ela está estruturada, sem sombra de dúvida, são um exemplo hoje nos
1592 diferentes Estados brasileiros. Alguns acompanham a evolução em alguns temas,
1593 mas o Estado de Minas Gerais realmente tem tido um desempenho, e esse
1594 desempenho, a cada momento, vai sendo aprimorado pelas práticas que estão
1595 sendo incorporadas. E deixar registrado o cumprimento e os parabéns para toda a
1596 equipe diretiva da Secretaria e também todos os servidores que ajudam a construir
1597 esse resultado, que é, sem sombra de dúvida, o melhor do país na questão da
1598 gestão ambiental.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Wagner, eu discordo
1599 integralmente de você. Nós, principalmente em um Conselho de Política Ambiental,
1600 não podemos ficar na superficialidade, e às vezes na exposição de um tema, para
1601 que você não seja extremamente superficial, você precisa de mais tempo. Quanto à
1602 Fiemg, eu digo o seguinte: vocês já têm o domínio dos conselhos. Além de terem o
1603 domínio da pauta, do que será votado e como que será votado, vocês não precisam
1604 nos silenciar. Por exemplo, eu participo da Câmara de Atividades Minerárias, e
1605 quando tem algum processo, por exemplo, relativo a barragem, eu sei que nós
1606 vamos perder de 10 a 2, e no novo Conselho vamos perder de 9 a 3. Mas a
1607 participação da sociedade civil é importante para deixar registrado em ata aquilo que
1608 nós pensamos. E nós já sabemos que vamos perder. Eu costumo dizer para as
1609 pessoas que estão começando a entrar na área de meio ambiente o seguinte: de
1610 cada dez batalhas que a sociedade civil comprar em defesa do meio ambiente, ela
1611 ganha uma, e olhe lá se ganhar duas. O que eu gostaria, por exemplo, de órgãos
1612 como a Fiemg, é que tivessem ambientalistas, que tivessem pessoas que
1613 pensassem no desenvolvimento sustentável, o que hoje eu acho que não ocorre,
1614 francamente. Eu não gostaria que a palavra da sociedade civil fosse cerceada ou
1615 silenciada.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “Eu gostaria de dizer o seguinte.
1616 Como é que o senhor elogia a administração aqui, os funcionários, dizendo que eles
1617 são bons, que precisamos apoiá-los e, no entanto, coloca em dúvida a honestidade
1618 das dessas pessoas que estão ali ao dizer que a Fiemg domina? Como é que o
1619 senhor coloca dessa forma? Eu vou dizer, com sinceridade, para o senhor o
1620 seguinte: nós não dominamos, nós estudamos, nós participamos desse processo.
1621 Então nós estudamos, nós não falamos por achar, por motivações pessoais, nós
1622 falamos em cima da técnica, transformando dados em informações. E eu queria
1623 saber do senhor o seguinte: como é que o senhor sabe que nós não temos
1624 capacidade ou pensamento de desenvolvimento sustentável, se a nossa função aqui
1625 dentro é de defesa de interesse, como é a função do senhor, de defesa de interesse.
1626 A discussão e o discordar, isso é normal, o que não pode é, ao ser vencido na
1627 discordância, assumir que esse pessoal é desonesto. Porque a partir do princípio
1628 que eu domino eles são desonestos. Essa é a verdade que o senhor está colocando

1629 aqui nesta mesa. E aí vamos discutir, sim, eu não estou fugindo da discussão, nós
1630 estamos aqui para discutir. Então veja bem, qual é a minha função lá dentro da
1631 Federação das Indústrias? Primeiro, prospecção. Se tiver um projeto de lei
1632 discutindo, se tiver uma deliberação normativa discutindo, nós participamos, sim,
1633 segundo os interesses da indústria, que também é sociedade civil, com direito a
1634 discussão. Segundo momento nosso é discutir enquanto não é lei. Virado lei,
1635 mobilizar, sensibilizar para atender a lei. Porque se eu briguei por uma lei eu sou
1636 obrigado a fazer cumprir, e é por isso que nós nos associamos à fiscalização, é por
1637 isso que nós damos total apoio ao CTF, que é controle, comando e controle, porque
1638 nós achamos que a empresa tem que estar de acordo com a lei, que eu ajudei a
1639 formar. E terceiro e último é contribuir no processo de interpretação dessa lei no
1640 momento da sua aplicação, que é o que eu faço aqui nesse momento, que é o que
1641 eu faço na CMI, junto com o senhor. Então o que eu exijo e o que eu gostaria de ter
1642 da sociedade civil, principalmente da parte sua e da parte da Maria Teresa, é
1643 respeito à minha ponderação e à minha participação aqui dentro. O senhor nunca
1644 ouviu da nossa boca algum momento dizer 'a ProMutuca está querendo tomar conta
1645 disso aqui e fazer com que a honestidade deles, que é igual para mim, seja pior para
1646 vocês'. É isso que eu gostaria que o senhor entendesse nesse processo, e parasse
1647 de dizer que a Federação das Indústrias domina. Não dominamos, o nosso domínio
1648 é pelo conhecimento técnico e pela participação." Presidente Germano Luiz Gomes
1649 Vieira: "Grillo, eu queria só que você esclarecesse. Quando você falou que 'domina',
1650 não quer dizer que você suspeita da honestidade ao elaboramos a pauta. É melhor
1651 você esclarecer isso, porque está registrado em ata." Conselheiro Julio Cesar Dutra
1652 Grillo: "Eu vou esclarecer, esse é um processo histórico. Os conselhos de meio
1653 ambiente no Estado de Minas Gerais foram baseados nos conselhos de meio
1654 ambiente alemães. Temos 50% de representantes dos governos, nas suas diversas
1655 instâncias, e 50% de representantes da sociedade civil sem fins lucrativos. A
1656 primeira distorção que houve foi lá em 94, na criação dos conselhos, em que já se
1657 colocou o poder econômico junto da sociedade civil. De lá para cá, ao longo do
1658 tempo – não estou falando desta gestão, absolutamente –, as leis vieram
1659 propiciando sempre que o domínio de um conselho, como por exemplo a Câmara
1660 de Atividades Minerárias, ficasse na mão dos empreendedores interessados. É tanto
1661 que a gente já sabe, eu não preciso falar de futuro, eu gostaria que vocês pegassem
1662 as atas das reuniões, o julgamento dos licenciamentos relativos a mineração, e
1663 vocês vão ver que é 10 a 2. Essas estatísticas foram feitas pelo Tribunal de Contas
1664 do Estado, pela Controladoria Geral do Estado, e os relatórios deles são
1665 absolutamente claros." Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: "Mas aí, Grillo, as
1666 estatísticas têm que ser de quantos empreendimentos são formalizados e quantos
1667 chegam ao final, porque inúmeros não chegam a deliberação porque não cumpriram
1668 requisitos técnicos e legais." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Ok, Germano.
1669 Agora, a segunda fase é o seguinte. Quando eu digo... E agora eu vou usar uma
1670 palavra que não usei até agora, que eu não tinha usado, que tenho cuidado com
1671 ela. Mas quando eu acho que a mentalidade da Fiemg é retrógrada, eu falo isso

1672 baseado no comportamento dos conselheiros que representam Fiemg, Sindimax e
 1673 Ibram. Representante deles que estava aqui até pouquinho atrás, agora, foi falar em
 1674 uma reunião de Conselho que não existe corredor ecológico, que corredor ecológico
 1675 só existirá se for criado por um Conselho. Aí, aquele negócio, é óbvia a intenção do
 1676 sujeito. Ele sabe o seguinte, pelo Conselho não passa porque ele tem maioria, então
 1677 não vai existir nunca corredor ecológico. Isso não é uma atitude retrógrada?
 1678 Completamente. E é também, eventualmente, até irresponsável. Quando eu discuti
 1679 em 2018, bem antes do rompimento de Brumadinho, que eu já afirmava que
 1680 teríamos novos rompimentos, o representante naquela época era do Sindimax –
 1681 porque ali é tudo a mesma coisa –, e o representante do Sindimax disse o seguinte:
 1682 ‘Você está implicando com barragem de rejeito? Por que você não implica com
 1683 barragem de hidrelétrica?’ O cara tem formação superior, ele sabe que está
 1684 sofismando, sabe que não está falando a verdade no Conselho, porque são dois
 1685 tipos de estrutura completamente diferentes, duas engenharias diferentes, dois
 1686 impactos diferentes. É esse posicionamento da Fiemg que não dá, infelizmente.
 1687 Temos divergências, sim, agora eu não preciso exorbitar para explicitá-las.”
 1688 Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Só então para esclarecer, Grillo, porque
 1689 precisamos deixar registrado na ata. Como você quis dizer que a Fiemg domina a
 1690 pauta, não quer dizer que eles elaboram a pauta pela Secretaria. Correto?”
 1691 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Absolutamente, de maneira alguma. O que eu
 1692 digo é o seguinte: a força de minerações, Ibram e Fiemg sobre o Estado é óbvia.
 1693 Por que o Estado aprova, deixa passar um alteamento como o da Anglo American
 1694 de forma contrária ao espírito da Lei 23.291? Ali eu sei que não é um problema seu,
 1695 não é um problema dele, não é um problema de nenhum servidor, isso é uma coisa
 1696 que vem de cima para baixo. Todos nós sabemos disso. E essa discussão que vem
 1697 de cima para baixo, quem são os interlocutores?” Presidente Germano Luiz Gomes
 1698 Vieira: “Eu acredito que o caso concreto merece avaliação no caso concreto. Então
 1699 só para não entrarmos na discussão do caso da Anglo American, que, inclusive, já
 1700 foi debatido aqui nos ‘Comunicados dos Conselheiros’. Eu vejo que nós vamos ter
 1701 um Plenário do COPAM bastante aguerrido. Não vejo isso de um lado ruim, eu vejo
 1702 isso como bom. Eu acho que a luz da transparência e das opiniões é aquela que
 1703 clarifica as posições, e das divergências nós podemos chegar até pontos comuns.
 1704 Eu sempre fui assim. Durante toda a minha vida de servidor público, eu nunca fui
 1705 para o enfrentamento sem tentar discutir e dialogar, construir pontes com todos os
 1706 atores. Eu acho que vocês que estão aqui são testemunhas disso. Por essa razão,
 1707 eu queria, Wagner, dizer que realmente eu acompanho e atesto as contribuições
 1708 que a Fiemg deu ao Sistema de Meio Ambiente do ponto de vista da fiscalização.
 1709 Nós estamos na versão 3.0, até hoje, por exemplo, nós não conseguimos fazer com
 1710 a Agricultura, mas temos que trabalhar isso. E o exemplo da Fiemg é muito bom. Às
 1711 vezes, eu sou questionado pela questão das multas. Eu não quero multa alta nem
 1712 multa baixa, eu quero não multa. E não multa significa não ter infração. Não há como
 1713 não ter infração se não for através da participação do setor produtivo, através do
 1714 convencimento das empresas no aspecto educacional, sobre a regularidade

1715 ambiental daqueles que são filiados. Até mesmo porque tanto a Constituição quanto
1716 a Lei da Educação Ambiental dizem que a educação ambiental é formal e não
1717 formal. Então vocês estão fazendo também uma parte. Mas de outra forma também
1718 eu concordo que a sociedade civil traz contribuições muito importantes, e é esse
1719 basilar que nós vamos tentar fazer aqui durante este biênio 2020/2022. Sobre a
1720 questão das discussões, foi até uma questão de minha parte mesmo, porque eu
1721 poderia ter sido mais rigoroso com o prazo, mas eu não fiz isso em deferência ao
1722 sindicato, que estava aqui presente. Porque o Regimento estabelece o prazo já de
1723 30 minutos para os 'Comunicados'. Então vamos seguir o Regimento. Foi realmente
1724 uma questão excepcional, que nós tínhamos aqui um movimento grevista, a
1725 presença de sindicato, e servidores aqui, que houve a oportunidade que eles
1726 pudessem falar, vocês ouvirem e replicarem os apoiando naquilo que fosse
1727 necessário. Então hoje foi uma exceção, e eu peço desculpas por isso. Mas os
1728 assuntos próximos serão itemizados na pauta como assuntos meritórios para que
1729 fiquem comunicados gerais como são, e partiremos para discussão com abertura
1730 das palavras naquilo que for pautado para discussão." Conselheiro Wagner Soares
1731 Costa: "Só uma pergunta. Como está a distribuição dos membros na CMI? São 12,
1732 e seis são do Estado. E os outros seis?" Presidente Germano Luiz Gomes Vieira:
1733 "Nós fizemos uma alteração no edital anterior, que tinha sido da gestão anterior. No
1734 que foi publicado no nosso mandato agora, nós aumentamos uma vaga para o setor
1735 ambientalista. Então na sociedade civil, seis, são dois do setor produtivo, dois
1736 representantes da sociedade civil através do setor ambientalista, das organizações
1737 não governamentais, e os outros dois para academia e profissionais liberais. Então
1738 está harmonicamente dividido." Conselheiro Wagner Soares Costa: "O setor
1739 produtivo não possui maioria." Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: "Uma
1740 reunião que teve muitos assuntos controversos, a gente acaba perdendo até meu
1741 objetivo principal, que vou poder fazer agora, que é exatamente parabenizar esta
1742 gestão por ter conseguido manter as grandes evoluções do Sisema que nós tivemos
1743 nos anos passados e começar o processo que, na minha percepção, é o mais difícil,
1744 que é o de efetivar, fazer chegar até o servidor da ponta a alteração de postura do
1745 sistema. Mais do que isso, dizer que é uma boa surpresa para o nosso segmento
1746 que o meio ambiente urbano esteja bastante contemplado nesta estrutura atual, em
1747 especial, com a Subsecretaria de Saneamento. E dizer que agora nós temos essa
1748 tarefa que parece simples, mas não tem nada de simples, que é de terminar de
1749 colocar o sistema para rodar, conseguir fazer sair no prazo com análise adequada,
1750 com conhecimento de causa, os processos mais difíceis que nós temos dentro do
1751 Sistema Estadual. Estamos no caminho para isso. E por último, até sobre esse
1752 debate que assistimos aqui no final, eu não acho que personalizar agrega e,
1753 particularmente, enquanto representante de sociedade civil organizada nos
1754 Conselhos, também tenho a impressão do Julio Grillo de que a cada dez bandeiras
1755 que levantamos conseguimos levar uma. Eu penso que isso seja natural, na medida
1756 em que são conselhos e espaços em que abrimos o debate para produzir a
1757 convergência mediante debate. Então eu não vou conseguir ganhar todas, isso é

1758 uma certeza, mas eu acho que talvez consiga contribuir em todas. É o espírito com
1759 que participamos. E para não deixar ficar um erro eu tenho que ressaltar que, a
1760 despeito da divergência de hoje sobre o parecer específico, a AGE também tem
1761 contribuído muito positivamente para que ocorram as mudanças importantes dentro
1762 do Sistema Estadual de Meio Ambiente para que possamos mudar os paradigmas.”
1763 Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Eu conversava exatamente isso, são
1764 posições antagônicas em interesses legítimos. É isso que o COPAM acaba por
1765 fazer.” Conselheira Verônica Ildelfonso Cunha Coutinho: “Eu só acho que é
1766 importante ressaltar, porque foi muito criticada essa questão de que, teoricamente,
1767 a composição do COPAM não fosse igualitária, mas um dos princípios que regem a
1768 administração pública é a supremacia do interesse público e não do privado, que
1769 seria, no caso, como citado nominalmente aqui, a Fiemg. Então é bom ter em mente
1770 esses princípios que regem a administração pública, porque acho que às vezes eles
1771 se perdem um pouco.” Conselheiro Pedro D’Angelo Ribeiro: “Eu só queria falar um
1772 pouco sobre o tema da fiscalização preventiva. Eu acho que muito já se avançou
1773 até agora sobre a relação do meio ambiente com os produtores rurais. Eu acho que
1774 em relação ao IEF, em relação à própria Secretaria, nós temos feito várias ações
1775 em conjunto, apesar de alguns percalços. Mas eu acho que em relação à
1776 fiscalização preventiva em si talvez tenhamos que começar com um programa piloto
1777 pequeno, talvez mais ou menos nos moldes da conversão de multas, para que
1778 possamos sentir como o setor vai reagir. Porque sabemos que há uma resistência
1779 muito grande dos produtores quando se fala em fiscalização. Então eu acho que
1780 temos que tomar muito cuidado. Eu até falo com os outros conselheiros aqui
1781 presentes, também às vezes é bom tomarmos cuidado com as palavras, porque
1782 muitas vezes defendemos uma posição, mas nem sempre as palavras saem como
1783 queremos. É uma ata pública, uma reunião pública televisionada, e às vezes as
1784 repercussões podem sair do nosso controle. Eu falo isso por bem, por uma
1785 experiência que tive recentemente. Então recomendado aos conselheiros, se
1786 puderem acolher o meu conselho, cautela, por favor.” Presidente Germano Luiz
1787 Gomes Vieira: “Eu acredito que nós não temos a grande expectativa de fazer algo...
1788 Com a Fiemg foi assim, começou um piloto, aumentou, e hoje nós estamos atingindo
1789 muito mais sindicatos, quase o Estado todo. Mas a Faemg tem que conversar,
1790 Carlos Alberto, existem produtores rurais, e com quem nós estamos falando? Com
1791 dezenas, centenas e milhares de pessoas que têm propriedade rural. Então não
1792 estamos falando em fazer fiscalização preventiva com eles. Vamos pegar o setor da
1793 suinocultura, vamos pegar o setor específico, setores que já estão mais preparados
1794 e organizados, para que façamos esse trabalho, porquanto dependem muito da
1795 regularidade ambiental para acesso a crédito. Inclusive, certificações que vão trazer
1796 êxito em eventuais benesses de pagamento por serviços ambientais que estão
1797 sendo trabalhados. É importante avançar nisso, nós vamos discutir isso aqui no
1798 Plenário do COPAM.” Conselheiro Emmanuel Duarte Almada: “Apoiando a fala do
1799 João Grillo, eu queria ressaltar que eu estou aqui também representando parte do
1800 Estado e que no Estado também há divergência. O que ele coloca é claro também,

1801 resultado também das estruturas históricas. A estrutura que temos hoje – eu estava
1802 falando de financiamento – também é uma estrutura histórica. As formas de
1803 financiamento dos governos, no caso das campanhas, tudo isso contribui para o
1804 arcabouço que tem hoje, para além das pessoas. Não estamos personalizando nem
1805 responsabilizando quem está hoje na gerência, estamos pensando nas estruturas
1806 históricas, o que não vamos mudar também de um dia para o outro. Mas nós temos
1807 que apontá-las para entender os resultados das votações, que são resultado dessas
1808 hegemonias construídas historicamente.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira:
1809 “O poder público passa por uma reforma muito grande, o poder político passa por
1810 uma reforma muito grande, o que passa, inclusive, pela reforma política. Nessa
1811 perspectiva, eu concordo com você.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:
1812 “Na realidade, a fiscalização preventiva no setor da agropecuária é um negócio
1813 totalmente diferente da experiência que nós temos na indústria. Na indústria, o
1814 Wagner consegue na regional X botar todos os empresários. Para falar que é polícia,
1815 para falar que é fiscalização, eu não consigo colocar um produtor rural em um
1816 determinado local. Nós fizemos uma tentativa de fazer a fiscalização preventiva com
1817 a suinocultura. Eu e a Ana Paula levamos paulada de tudo quanto é lado: ‘A Faeng
1818 está querendo trazer a fiscalização para dentro do setor.’ Essa que foi a tradução
1819 curta e grossa do resultado. Agora, como que nós vamos fazer para pegar um setor
1820 que tem mais de 80 normas de regulamentação, seja lei, seja decreto, seja
1821 Constituição, Resolução do Conama, em cima da atividade agropecuária? O
1822 Decreto de Intervenções Florestais tem mais de 120 artigos, itens, subitens,
1823 parágrafos. Isso resultou em um Decreto de Multa também de mais de cento e tantos
1824 artigos. O produtor rural não tem uma única atividade que possa exercer na sua
1825 propriedade que não tenha que pedir licença ao IEF. Hoje, me ligou um produtor
1826 querendo limpar um córrego, por causa da enchente. Eu falei: ‘Se eu fosse você, ou
1827 deixa sujo ou vai lá pedir a licença.’ Na hora que vai pedir a licença, ele tem que
1828 pagar uma taxa. E taxa para mim, para você, para as outras atividades, é uma coisa
1829 tranquila. Mas uma taxa de R\$ 50, R\$ 60, R\$ 70 faz diferença. Nós tivemos nos
1830 últimos anos um aprimoramento do modelo de fiscalização ambiental. Começou
1831 com o Decreto 44.844, depois veio outro, até esse mais recente. Hoje, o funcionário
1832 da SEMAD, sem sair da sua mesa, aplica uma multa. O volume de multas em cima
1833 da atividade agropecuária, especialmente nos pequenos, é um negócio que não tem
1834 tamanho. E o que vai acontecer? Dessas multas, 70% não apresentam defesa. Se
1835 não apresentam defesa, vai direto para inscrição em dívida ativa. A inscrição em
1836 dívida ativa vai para o cartório de protesto. O camarada já vai ter um impedimento
1837 que ele não tem saída, e ele não tem dinheiro para pagar a multa. A grande realidade
1838 é essa, ele não tem dinheiro para pagar a multa.” Presidente Germano Luiz Gomes
1839 Vieira: “Carlos Alberto, eu queria, inclusive, te dizer que é esse ciclo vicioso que nós
1840 precisamos encerrar. Porque se continuar tendo as infrações é porque não teve a
1841 orientação, e nós precisamos trabalhar esse aspecto orientativo. Esse é um assunto,
1842 por exemplo, sobre o qual nós poderíamos nos debruçarmos aqui no Conselho. Eu
1843 reconheço e concordo com você sobre as proporções. É diferente mesmo da

1844 Federação da Indústria, da Federação da Agricultura, inclusive, no seu espectro de
 1845 atuação, na sua organização administrativa. Eu reconheço isso tudo. Mas também
 1846 a Fiemg foi acusada de estar dado à raposa os ovos do galinheiro. Eles também
 1847 foram bombardeados pelos sindicatos. Se for um aspecto de educação ambiental,
 1848 nós temos área para isso, para trabalhar esse diálogo. E aí eu não vou levar,
 1849 obviamente, o capitão que vai chegar com aquele uniforme lá e já vai colocar medo
 1850 em todo mundo. Mas eu vou levar um gestor da SEMAD para orientar como tem que
 1851 cumprir a legislação.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “A Federação da
 1852 Agricultura tem o sentimento de que a SEMAD não quer conversar sobre isso.”
 1853 Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Mas somos nós que pedimos mais agenda
 1854 sobre isso, para conversar. Como não queremos conversar?” Conselheiro Carlos
 1855 Alberto Santos Oliveira: “É o sentimento lá.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira:
 1856 “Nós editamos um decreto específico para a atividade agrossilvipastoril, para vocês,
 1857 especificamente, porque entendemos tratar os diferentes na medida da sua
 1858 diferença. Foi demanda da própria Secretaria de Agricultura ao governador. Então
 1859 não é uma premissa verdadeira.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “O
 1860 sentimento nosso, secretário Germano. Qual foi a palavra do governador lá dentro
 1861 da Federação da Agricultura em todas as vezes em que ele foi convidado? Nós não
 1862 podemos deixar que uma multa tire o produtor rural da atividade, e ela vai continuar
 1863 tirando, porque o decreto, esse último que saiu, não cumpriu a sua finalidade.”
 1864 Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Sabe por quê? Porque para isso depende
 1865 de projeto de lei, não é uma determinação do governador. Por isso vocês também
 1866 têm uma bancada ruralista lá na Assembleia muito vigorosa para poder ajudar a
 1867 fazer um projeto de lei.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Apesar de
 1868 termos o sentimento de que a SEMAD não gosta muito de discutir essa questão,
 1869 nós tivemos uma experiência muito clara. Quando nós fomos discutir os valores das
 1870 multas, os códigos etc., eu nunca vi uma turma tão aguerrida como os técnicos da
 1871 SEMAD. Tanto que tiraram a Faemg da discussão. A Faemg, a partir de um
 1872 momento, não foi chamada mais, porque discutir comigo também não é muito
 1873 simples. Mas eu penso que, com essas palavras que o senhor pronunciou agora,
 1874 que nós podemos abrir realmente um diálogo, porque está um novelo complicado.
 1875 Essa quantidade de auto de infração que virou multa, que virou dívida ativa, isso vai
 1876 ser executado ou não. Não vai ter pagamento, não pode penhorar a propriedade do
 1877 camarada, então vai ficar igualzinho o penúltimo secretário de Meio Ambiente, que
 1878 teve que anular 120 mil autos de infração por ineficiência, por perda de objeto. Nós
 1879 vamos ficar com esses 120 mil ou mais.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira:
 1880 “Eu vou ratificar de novo isso que você falou, a SEMAD está plenamente aberta a
 1881 discutir com o setor da agricultura. Acho até que já existem setores da agricultura
 1882 muito pujantes hoje – porque nós estamos falando do agronegócio – que podem,
 1883 sim, passar por essa atividade, podemos começar por aí. Nós sabemos que dentro
 1884 do próprio setor da agricultura há diferenças mesmo, mas nós temos setores que
 1885 talvez possam. Por exemplo, inclusive, fomento de floresta plantada não entra na
 1886 indústria, entra como competência da Seapa. Então é relacionado. E outros.”

1887 Robson Lucas da Silva/SEMAD: “Nós estamos em estágio avançado de tratativas
1888 com o setor dos polvilheiros, na região do Sul de Minas, e iniciando tratativas com
1889 suinocultores. Eu desconheço – pelo fato de eu ter chegado há pouco tempo – que
1890 tenha tido alguma experiência frustrada anteriormente. Mas, Carlos Alberto, eu
1891 renovo aqui a disposição da Subsecretaria de sentar e buscar um entendimento.
1892 Nós partimos de algumas premissas, mas estamos plenamente abertos a ouvir as
1893 sugestões e identificar o modelo que, na perspectiva dos senhores e na nossa,
1894 possamos encontrar uma convergência e buscar uma metodologia que vai atender
1895 efetivamente aos interesses. Como disse o secretário Germano, nós não queremos
1896 que haja a infração, não queremos que haja imposição de multa por consequência.
1897 Então para tanto precisamos de orientar, e essa é a nossa disposição.” Presidente
1898 Germano Luiz Gomes Vieira: “Eu fiz uma avaliação, inclusive, do número de
1899 autuações que o Ibama e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente fizeram ao longo
1900 dos anos. Mantém o mesmo patamar. Por que esse sentimento aconteceu muito,
1901 sobretudo no ano de 2018 e no ano de 2019? Porque a eficiência dos servidores na
1902 regularização foi a mesma na fiscalização, mas para o processamento dos
1903 processos administrativos que decorrem da atuação. No passado, as multas eram
1904 feitas no auto de infração, mas ninguém analisava o processo, ficava lá. Então havia
1905 um falso sentimento de que não tinha sido, entre aspas, ‘punido’. Quando os
1906 servidores começaram, através das suas diligências, a tentar limpar o seu passivo,
1907 inclusive de processos, eles começaram a ir decidindo os autos. Vejam quantos
1908 autos de infração começaram a ser decididos nas URCs, na CNR etc. E aí que vem
1909 o sentimento porque, uma vez transitado em julgado o processo, você recebe o DAE
1910 para pagar. Então naquele momento você fala ‘fui punido’. É quando você recebe a
1911 multa, na última instância. Por isso que eu entendo que há esse sentimento, e é um
1912 sentimento que vem dessa ação. Mas ainda insisto que o PRA, que é o decreto que
1913 o IEF está trabalhando, e o CAR são ferramentas importantíssimas na segurança
1914 do empreendedor, no caso, do agricultor, para que ele possa saber: ‘Pelo menos
1915 aquilo que eu declarei lá, já estou com o PRA, estou em recuperação, a minha
1916 nascente, minha APP, meu topo de morro.’ Isso vai dar uma segurança para eles.
1917 E não podemos nos servir desse pressuposto orientativo, tanto é que mudando o
1918 nome de ‘Fiscalização Preventiva’ para ‘Diálogos com o Produtor Rural’, o que nós
1919 fizemos em várias cidades – algumas, inclusive, com apoio de vocês, como lá em
1920 Araguari –, o pessoal aceitou superbem. Então às vezes é até a palavra, e nisso nós
1921 temos que ter sabedoria para saber utilizar. As etimologias das coisas valem muito.
1922 Às vezes, em vez de colocar ‘fiscalização preventiva’, o ‘diálogo com o produtor
1923 rural. Ao fim, o que nós estávamos fazendo ali nesses trabalhos de diálogos com o
1924 produtor rural? Orientando, dando os esclarecimentos. É nisso que eu acho que nós
1925 temos que trabalhar.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Em uma
1926 determinada região tem uma ocorrência mais forte de multas. Aí o presidente do
1927 sindicato foi premiado com uma multa também. Aí ele pede socorro na Faemg, pede
1928 uma palestra, pede um apoio. E aí nós damos o maior carinho, a maior atenção para
1929 aquela situação. Fizemos uma mobilização, ajudamos, botamos o pessoal da

1930 comunicação e vamos para lá, eu e o Guilherme, para falar tudo a respeito do que
1931 tem que se fazer. Número de presentes: 80. Quantidade de produtores naquela
1932 cidade: 2.000. Nós não aprendemos lá até hoje como é que se faz essa mobilização.
1933 Se vocês fizerem um exame cuidadoso desses procedimentos que vocês adotaram,
1934 vão ver que o comparecimento foi muito pequeno em relação à quantidade de
1935 pessoas que podiam comparecer. Enfim, nós estamos precisando de muita ajuda e
1936 podemos melhorar muito nessa história de produtor rural, pequeno, médio e grande.
1937 Eu estou vendo a Fetaemg, a nossa colega apareceu depois de sumida por tanto
1938 tempo. A quantidade de pequenos multados é muito maior, porque grande tem gente
1939 para tomar conta.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “E eu sempre digo que
1940 o medo de perder às vezes tira a vontade de ganhar. Nós temos que começar, nem
1941 que seja um pouquinho, e pensarmos realmente – o apoio da Fetaemg é muito bom
1942 nisso – como a gente consegue virar essa chave.” **8) ENCERRAMENTO.** Não
1943 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Germano Luiz Gomes
1944 Vieira agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi
1945 lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Germano Luiz Gomes Vieira
Presidente do COPAM

Marília Carvalho de Melo
Presidente do COPAM na 185ª Reunião Extraordinária,
realizada no dia 28 de julho de 2020